

CENTRO UNIVERSITÁRIO MOURA LACERDA



**MANUAL DE NORMAS METODOLÓGICAS DO PPGE-MESTRADO DO
CENTRO UNIVERSITÁRIO MOURA LACERDA**

Revisado

Ribeirão Preto

- 2019 -

**MANUAL DE NORMAS METODOLÓGICAS DO
PPGE-MESTRADO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO MOURA LACERDA**

Organização

Daniela Leal

Maria de Fátima Mattos

Comissão Editorial

Rosilene Batista de Oliveira

Natalina Aparecida Laguna Sicca

SUMÁRIO

Introdução	10
Capítulo 1 – Do Planejamento à Estrutura do Trabalho Acadêmico	12
1.1 Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)	15
1.2 Ética na elaboração da pesquisa acadêmica	17
Capítulo 2 – O Planejamento de Pesquisa	19
2.1 Introdução ou Apresentação	19
2.2 Justificativa	21
2.3 Procedimento de Coleta de Informações (metodologia e método)	23
2.3.1 Tipos de método	24
2.3.2 Tipos de Pesquisa	27
2.3.3 Tipos de Instrumentos de Coleta de Dados	34
Capítulo 3 – Dos Elementos Pré-Textuais	38
3.1 Capa	39
3.2 Lombada	39
3.3 Folha de Rosto	40
3.4 Verso Folha de Rosto	40
3.5 Folha de Aprovação	41
3.6 Errata	41
3.7 Dedicatória	42
3.8 Agradecimentos	42
3.9 Epígrafe	43
3.10 Resumos	43
3.11 Lista de Ilustrações	44

3.12	Lista de Quadros ou Tabelas	45
3.13	Lista de Abreviaturas e Siglas	45
3.14	Lista de Símbolos	46
3.15	Sumário	46
4	Dos Elementos Textuais	47
4.1	Introdução	48
4.2	Desenvolvimento	48
4.3	Conclusão ou Considerações Finais	48
5	Dos Elementos Pós-Textuais	49
5.1	Referências	50
5.2	Glossário	53
5.3	Anexos	54
5.4	Apêndices	54
5.5	Índice	55
6	Apresentação Técnica	56
6.1	Formato	56
6.2	Numeração de Página	56
6.3	Citações	57
6.4	Notas de Rodapé	59
6.5	Tabelas e Quadros	60
6.6	Figuras	60
6.7	Observações Finais	61
	Referências Bibliográficas	63
	Anexos	65
	Anexo I – Sugestão de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	65

Anexo II – Sugestão de Termo de Compromisso do Pesquisador	67
Anexo III – Capa	68
Anexo IV – Folha de Rosto	69
Anexo V – Folha de Aprovação	70

INTRODUÇÃO

O **Trabalho Acadêmico** pode ser compreendido como o planejamento de um estudo científico e/ou experimental, logo após a escolha do objeto de pesquisa, pautado na especificidade de uma das diferentes áreas do conhecimento.

A elaboração do trabalho acadêmico (artigo, monografia, trabalho de conclusão de curso, dissertação e/ou tese) deve atender e seguir a critérios lógicos da ciência, com base em princípios teórico-metodológicos. Isto porque, a definição de critérios no meio acadêmico permite o intercâmbio de informações nos diferentes meios de comunicação, bem como dá credibilidade aos trabalhos desenvolvidos, garantindo além de sua identificação e recuperação, a sua circulação em diversas fontes de informação.

Para tanto, o presente **Manual de Normas Metodológicas do PPGE-Mestrado do Centro Universitário Moura Lacerda**¹ tem por objetivo apresentar aos alunos do Programa de Pós-Graduação em Educação as principais normas e diretrizes para elaboração de trabalhos acadêmicos, principalmente às voltadas aos cursos de Mestrado (dissertação) e Doutorado (tese).

Lembrando que, Dissertação para a ABNT (2011), é o documento que representa o resultado de um estudo científico, pautado em um único tema específico, bem delimitado e tratado em profundidade, para obtenção do título de mestre. Já, por Tese compreende-se o resultado último de um estudo mais aprofundado teórico e metodologicamente, sobre um tema delimitado, constituindo-se um material de contribuição à comunidade, à sociedade e à educação de modo geral (ABNT, 2011).

As normas estabelecidas aqui, portanto, cumprem com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e referem-se desde o planejamento da pesquisa até a construção dos elementos pré-textuais (capas, sumários, dedicatórias, epígrafes e listas), passando pelos textuais (teoria e discussão da pesquisa) e chegando aos pós-textuais (referências bibliográficas, anexos).

Para termos de esclarecimento, as Normas que deram embasamento para a construção deste Manual foram a **NBR 6023:2018** – Informação e Documentação: Referências – Elaboração; **NBR 6024:2012** – Informação e Documentação: Numeração Progressiva das

¹ Como referenciar o Manual: LEAL, D.; MATTOS, M. F. S. C. G. **Manual de Normas Metodológicas do PPGE-Mestrado do Centro Universitário Moura Lacerda**. Ribeirão Preto, 2019

Seções de um Documento Escrito; **NBR 6027:2013** – Informação e Documentação: Sumário – Procedimento; **NBR 6028:2003** – Informação e Documentação: Resumo – Procedimento; **NBR 10520:2002** – Informação e Documentação: Citações em Documentos; **NBR 12225:2004** – Informação e Documentação: Títulos de Lombada e **NBR 14724:2011a** – Informação e Documentação: Trabalhos Acadêmicos – Apresentação.

No primeiro capítulo, **Do Planejamento à Estrutura do Trabalho Científico**, apresentar-se-á como se dá a estrutura do trabalho acadêmico; apresentando os tópicos que compõem o planejamento da pesquisa e os elementos textuais do corpo da dissertação e/ou tese, bem como uma breve discussão sobre a ética na pesquisa e o Comitê de Ética em Pesquisa.

O segundo capítulo, **Planejamento de Pesquisa**, descreve de forma clara e precisa quais são os elementos obrigatórios e essenciais para a etapa inicial de construção de uma dissertação ou tese, ou seja, qual o ponto de partida para o planejamento da pesquisa que se dedicará a pesquisar.

O terceiro capítulo, **Dos Elementos Pré-Textuais**, apresentará cada um dos elementos que precedem o corpo do texto, bem como a forma de formatação e estruturação dos mesmos.

No quarto capítulo, **Dos Elementos Textuais**, realiza-se a explanação de como se dá a construção, formatação e estruturação do conteúdo do trabalho científico.

O quinto capítulo, **Dos Elementos Pós-Textuais**, descreverá cada um dos elementos que veem logo após o corpo do texto, bem como sua formatação e estruturação.

O quinto e último capítulo, **Apresentação Técnica**, trará à discussão a formatação específica do trabalho acadêmico, voltando-se mais especificamente as regras para a sua configuração, de acordo com as normas gráficas adotadas pela ABNT.

CAPÍTULO 1 – DO PLANEJAMENTO À ESTRUTURA DO TRABALHO CIENTÍFICO

Como já mencionado na Apresentação deste Manual, a construção do documento científico e acadêmico depende da atenção rigorosa à estrutura metodológica do trabalho. Isto porque, a estrutura adotada preza para que o trabalho acadêmico apresente uma organização concisa desde a escolha do tema de pesquisa, passando pelo planejamento de como se dará a mesma até chegar às três grandes partes que compõem o trabalho acadêmico, que são subdivididas por sessões, como se verá a seguir e que serão exploradas nos capítulos subsequentes.

Ao que se refere especificamente ao **Planejamento da Pesquisa**, deve-se, inicialmente, levar em conta o que se compreende por pesquisa, ou seja, o conceito que está por de trás da palavra.

Segundo Luna (2005, p. 13) faz-se necessário “recuperar alguns dos argumentos que dão sustentação a ela [pesquisa], na medida em que ajudam a entender a conceituação [...]”. E, nesse sentido, a pesquisa, para o autor, deve visar “a produção de conhecimento novo, relevante teórica e socialmente e fidedigno” (LUNA, 2005, p. 15). Compreendendo novo aqui, como “um conhecimento que preenche uma lacuna importante no conhecimento disponível em uma determinada área do conhecimento” (LUNA, 2005, p. 15).

Para tanto, ao tentar demonstrar durante a pesquisa a existência ou ausência de relações entre diferentes fenômenos, estabelecer consciência entre conceitos de uma dada teoria, aumentar a generalidade do conhecimento e/ou descrever as condições sob as quais um fenômeno ocorre, o Planejamento da Pesquisa deve apresentar alguns elementos básicos. Tais como:

- ✓ Tema
- ✓ Problema de Pesquisa
- ✓ Hipótese (opcional, dependerá do tipo e da linha de pesquisa)
- ✓ Objetivos (geral e específico)
- ✓ Revisão de Literatura (Referencial Teórico)
- ✓ Procedimentos de Coleta de Informações (Metodologia e Método)
- ✓ Cronograma

Cumprida a etapa de planejamento e edificado o trabalho científico com base na pesquisa realizada, passar-se-á a estruturação do trabalho acadêmico, atendendo as normas científicas.

Primeira Parte – Elementos Pré-Textuais

Os Elementos Pré-Textuais são aqueles que precedem o corpo do texto do trabalho acadêmico, auxiliando o leitor na apresentação do que será discutido tanto na dissertação quanto na tese. As sessões que compõem os elementos pré-textuais são:

- ✓ Capa
- ✓ Página de Rosto
- ✓ Ficha Catalográfica
- ✓ Errata
- ✓ Folha de Aprovação
- ✓ Dedicatória (opcional)
- ✓ Agradecimento (opcional)
- ✓ Epígrafe (opcional)
- ✓ Resumo
- ✓ Listas (quadros, tabelas ou figuras)
- ✓ Sumário

Segunda Parte – Elementos Textuais

Os Elementos Textuais compõem-se pelo conteúdo do trabalho propriamente dito. Constituem o núcleo do trabalho acadêmico. As partes que compõem os elementos textuais são:

- ✓ Introdução
- ✓ Desenvolvimento
- ✓ Conclusão ou Considerações Finais

Terceira Parte – Elementos Pós-Textuais

Os Elementos Pós-Textuais referem-se a tudo que complementa o trabalho acadêmico e que devem estar, como o próprio nome diz, após o texto. As sessões que compõem os elementos pós-textuais são:

- ✓ Referências
- ✓ Glossário
- ✓ Anexos
- ✓ Apêndices
- ✓ Índice

Apresentação Gráfica

A Apresentação Gráfica é parte fundamental para composição do trabalho acadêmico. É nela que se consegue, além de estruturar toda a pesquisa realizada, facilitar ao leitor a compreensão do fenômeno e/ou tema estudado. Para tanto, faz-se necessário observar os seguintes tópicos, que serão discutidos em capítulo subsequente:

- ✓ Formato
- ✓ Margens
- ✓ Espaçamento
- ✓ Notas de Rodapé
- ✓ Paginação
- ✓ Citações

Se bem empregada toda a estrutura metodológica apresentada neste Manual, obter-se-á além de um conjunto de diretrizes que auxiliam na tarefa de pesquisa, em diferentes áreas do saber, à obtenção de informações que permitirão a solução de problemas, conseqüentemente à elaboração e apresentação dos resultados adquiridos, de forma rigorosa e científica.

Entretanto, antes de iniciar a descrição das etapas de construção do documento acadêmico ou científico, faz-se importante discutir algumas questões sobre Ética na pesquisa. Afinal, é fundamental esclarecer e ter em mente, desde as etapas iniciais, a relação entre a pesquisa que será realizada e as obrigações morais que implicam as atividades do pesquisador.

1.1 Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)

De acordo com Flick (2009, p. 50), “em muitas esferas, a pesquisa tornou-se uma questão de ética”. Isto porque, a proteção aos interesses daqueles que participam da pesquisa, assim como os escândalos referentes a dados manipulados, proporcionaram a elaboração de códigos de ética em diversas áreas e a constituição de comitês, que têm por objetivo a proteção de todos os participantes do processo de pesquisa.

Toda e qualquer pesquisa que, individual ou coletivamente, envolva o ser humano de forma direta ou indireta, em sua totalidade ou partes dele, incluindo o manejo de informações ou materiais (entrevistas, aplicações de questionários, utilização de banco de dados e revisões de prontuários), deverá passar pelo crivo de um Comitê de Ética em Pesquisa – CEP (BRASIL, 1996).

O CEP é um colegiado interdisciplinar, criado para defender os interesses dos sujeitos em sua integralidade, dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro dos padrões éticos. Dessa maneira, o CEP é responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos.

A Resolução N.º 510, de 07 de abril de 2016, que abrange os códigos de ética em nosso país, deixa claro em seu Art. 1º a necessidade da aplicação de normas às pesquisas em Ciências Humanas e Sociais:

Art. 1º Esta resolução dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana, na forma definida nesta Resolução.

Flick (2009, p. 51), ainda descreve que, “esses códigos de ética exigem que a pesquisa deva estar baseada no consentimento informado, ou seja, no fato de que os participantes do estudo concordam em participar com base na informação fornecida pelos pesquisadores”. Para tanto, as pesquisas envolvendo seres humanos devem atender a quatro critérios fundamentais para atingir a eticidade necessária da pesquisa:

- a) consentimento livre e esclarecido dos indivíduos-alvo e a proteção a grupos vulneráveis e aos legalmente incapazes (autonomia). [A] pesquisa envolvendo seres humanos deverá sempre tratá-los em sua dignidade, respeitá-los em sua autonomia e defendê-los em sua vulnerabilidade;
- b) ponderação entre riscos e benefícios, tanto atuais como potenciais, individuais ou coletivos [...], comprometendo-se com o máximo de benefícios e o mínimo de danos e riscos;
- c) garantia de que danos previsíveis serão evitados (não maleficência);

d) relevância social da pesquisa com vantagens significativas para os sujeitos da pesquisa e minimização do ônus para os sujeitos vulneráveis, o que garante a igual consideração dos interesses envolvidos, não perdendo o sentido de sua destinação sócio-humanitária (justiça e equidade). (BRASIL, 1996, s.p.)

A este respeito, ainda, a Resolução N° 510 (BRASIL, 2016), acrescenta que não se deve esquecer as questões envolvendo, também, os danos materiais (lesão que atinge o patrimônio do participante) e imateriais (lesão em direito ou bem de personalidade, tais como integridades física e psíquica, saúde, etc.); a discriminação (caracterização ou tratamento social com violação da dignidade humana); a estigmatização (atribuição de conteúdo negativo a uma ou mais características do participante); o preconceito (valor negativo atribuído ao sujeito) e a privacidade (direito do participante manter o controle sobre suas escolhas e informações).

Cabe salientar que, toda e qualquer responsabilidade por tais apontamentos, bem como pelo bom desenvolvimento da pesquisa, segundo o Art. 28 da Resolução N° 510/2016 (BRASIL, 2016), é do pesquisador responsável. Para tanto, toda pesquisa submetida ao CEP deve apresentar um pesquisador responsável tanto perante o Comitê quanto à instituição, mesmo que seja realizada por uma equipe. Em outras palavras, o pesquisador responsável é “o interlocutor do CEP, a ligação com o patrocinador e outros envolvidos na pesquisa, inclusive com o sujeito da pesquisa” (BRASIL, 2008, p. 25).

Nesse sentido, compete ao pesquisador responsável:

[...] coordenar e realizar o estudo, zelar pela integridade e bem-estar das pessoas pesquisadas (sujeitos da pesquisa), submeter o protocolo à apreciação do CEP, enviar relatórios sobre o andamento da pesquisa e relatório final quando de seu término, cabendo-lhe desse modo a responsabilidade legal e técnico-científica do estudo. (BRASIL, 2008, p. 27)

Outro ponto a ser destacado é que, a submissão de um projeto ao CEP independe do nível da pesquisa: trabalho de conclusão de curso de graduação, de iniciação científica. De mestrado ou de doutorado, “seja de interesse acadêmico ou operacional, desde que dentro da definição de ‘pesquisas envolvendo seres humanos’” (BRASIL, 2008, p. 27), deve ser encaminhando ao Conselho antes do início da pesquisa, para sua validação.

Para tanto, o primeiro passo é o pesquisador cadastrar-se na Plataforma Brasil (<http://www.plataformabrasil.saude.gov.br/login.jsf>); posteriormente, clicar na aba Nova Submissão e seguir todos os passos para cadastramento do Projeto de Pesquisa, para que o mesmo seja submetido à apreciação ética. Após aprovação pelo CEP, o pesquisador responsável deve se comprometer pelo envio de relatórios parciais e/ou total da pesquisa, informando o andamento e/ou eventos adversos e eventuais modificações, bem como colocar nas produções

originadas da pesquisa o número de aprovação (CAAE N.º..., aprovado pelo Comitê de ética *nome da instituição*).

1.2. Ética na elaboração da pesquisa acadêmica

Outro ponto a ser considerado ao longo da pesquisa acadêmica refere-se a ética no ambiente acadêmico, pois com a ampliação constante nas ferramentas tecnológicas de pesquisa, passou-se a oferecer cada vez mais alternativas aos jovens pesquisadores de terem acesso muito rápido a qualquer tipo de conhecimento e, principalmente, as pesquisas já realizadas. Por um lado, tais ferramentas permitem maior circulação das pesquisas, bem como a interconexão de pesquisadores e grupos de pesquisa. Já, por outro lado, tem se observado o aumento de práticas como “cola”, “plágio” e, até mesmo, em casos mais sérios, a “falsificação”.

No caso especificamente dos trabalhos acadêmicos a prática mais utilizada é o **plágio** que, consiste no uso de ideias, figuras ou textos de outro autor, sem atribuir-lhe os devidos créditos. O plágio pode ser **integral**, quando se copia o texto em sua integralidade; **parcial** quando há a cópia de algumas frases ou parágrafos; e, **conceitual**, quando há a apropriação de um conceito ou teoria afirmando que é de sua própria autoria. Independentemente de qual seja o tipo de plágio, todos são considerados crimes sujeitos à detenção e/ou multa, ou mesmo, detenção e multa, como descrito no Art. 184 do Código Penal, ao se referir ao Crime de Violação aos Direitos Autorais.

Diante desse cenário, segundo Sousa *et al* (2016 p. 460), “um dos grandes desafios atuais do sistema educacional brasileiro é a criação de cultura em que predominem o comportamento e a postura ética entre os acadêmicos”. Para tanto, institutos nacionais e internacionais, como por exemplo o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), a FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), entre outros, elaboram guias com os princípios para a integridade da pesquisa e das práticas acadêmicas. Dentre esses princípios encontram-se, por exemplo: a honestidade na condução e na apresentação de resultados; confiabilidade na execução e na comunicação de conclusões; objetividade na coleta e no tratamento de dados e na apresentação de evidências; imparcialidade na execução da pesquisa; respeito aos participantes e objetos de trabalho de pesquisa; veracidade na atribuição dos créditos a trabalhos de terceiros.

Para além da prática de plágio, os mesmos institutos alertam para a questão do **autoplágio**, ou seja, quando o autor plagia a sua própria produção escrita, sem indicar referência

do trabalho anteriormente publicado. Apesar de não se configurar como crime, o autoplágio é uma prática eticamente condenável pela academia.

CAPÍTULO 2 – PLANEJAMENTO DE PESQUISA

Como descrito anteriormente, a pesquisa “visa à produção de conhecimento novo, relevante teórica e socialmente e fidedigno” (LUNA, 2005, p. 15). Para tanto, neste primeiro capítulo buscar-se-á descrever de forma clara e precisa quais são as etapas que compõem o planejamento da pesquisa, para a construção posterior da dissertação de mestrado e/ou tese de doutoramento.

Cabe destacar, antes de prosseguir, que o planejamento, expresso em forma de projeto, é o primeiro passo para iniciar qualquer pesquisa. De acordo com a Associação Brasileira de Normas e Técnicas - ABNT (2011b, p. 5), a construção de um trabalho acadêmico e científico deve ser precedida por uma parte introdutória,

[...] na qual devem ser expostos o tema do projeto, o problema a ser abordado, a(s) hipótese(s), quando couber(em), bem como o(s) objetivo(s) a ser(em) atingido(s) e a(s) justificativa(s). É necessário que sejam indicados o referencial teórico que o embasa, a metodologia a ser utilizada, assim como os recursos e o cronograma necessários à sua execução.

Verificando-se, assim, que qualquer trabalho acadêmico e científico é edificado a partir do planejamento expresso em um projeto de pesquisa, no qual são pontuadas e delineadas as ideias iniciais a respeito do problema a ser investigado. Posto isso, cada instituição e/ou curso pode e deve adotar, com base nas normas técnicas, um modelo de projeto.

O Programa de Pós-Graduação em Educação, do Centro Universitário Moura Lacerda sugere um modelo composto pelas seguintes partes: introdução ou apresentação (tema e problema); justificativa (hipótese(s), objetivo(s) e revisão de literatura); metodologia/método (procedimento de coleta de informações) e cronograma. As quais ver-se-á detalhadamente a seguir.

2.1 Introdução ou Apresentação

Na Introdução ou Apresentação, como o próprio significado das palavras sugere, visa-se introduzir ou apresentar a visão geral do trabalho que será realizado, por intermédio da descrição tanto do tema quanto do problema de pesquisa.

De acordo com o Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa (CUNHA, 2010, p. 628) **Tema** significa a “‘proposição que vai ser tratada ou demonstrada’ ‘assunto’”. Todavia, apesar de no senso comum as palavras tema e assunto serem utilizadas como sinônimo, na ciência é necessário observar que se tratam de conceitos diferentes. Ou seja, o assunto é considerado

como amplo e genérico. Já, o tema é um recorte do assunto; uma parte delimitada do universo na qual se focará a pesquisa. Por exemplo:

PESQUISADOR(A) A

Durante a construção da dissertação de mestrado visa-se pesquisar o tema **educação inclusiva**, para um melhor aprofundamento do tema e suas interfaces nos dias de hoje.

PESQUISADOR(A) B

Durante a construção da dissertação de mestrado visa-se pesquisar o tema a atuação do professor na **educação inclusiva**.

Como se pode observar no Quadro 1, o(a) Pesquisador(a) A, apesar de escrever a palavra tema ao construir seu projeto de pesquisa, apresenta um assunto amplo e genérico, pois não deixa claro o que pretende estudar dentro do universo que se chama Educação Inclusiva. Já, o(a) Pesquisador(a) B ao informar que seu tema é a atuação de professores na Educação Inclusiva, deixa evidente tanto o assunto (educação inclusiva) quanto o tema, o recorte realizado (atuação de professores).

Demonstrando, assim, que o tema a ser escolhido deve ter, primeiro, um foco de estudo restrito; o que proporcionará ao pesquisador mais segurança e facilidade na realização da pesquisa. Segundo escolher, preferencialmente, um tema ligado à área de atuação ou de experiência pessoal, para que os conhecimentos prévios possam facilitar a interpretação das referências bibliográficas selecionadas, bem como os dados obtidos ao longo da pesquisa. E, por fim, verificar se o tema proposto possui viabilidade (observação, testes e validações), importância (social) e originalidade (novidade para a área).

Ao que se refere ao **Problema de Pesquisa**, apesar de ser muitas vezes confundido com o tema, este possui características próprias que visam, por intermédio de uma pergunta chave, destacar as possíveis “respostas que o pesquisador gostaria de obter ou, pelo menos, indicar que aspectos do fenômeno a estudar ele julga necessário cercar” (LUNA, 2005, p. 30). Retomando o exemplo do(a) Pesquisador(a) B, onde na continuidade de seu projeto ele apresenta o problema a ser pesquisado.

PESQUISADOR(A) B

Durante a construção da dissertação de mestrado visa-se pesquisar o **tema** a atuação do professor na educação inclusiva. Para tanto, e mais especificamente, o problema de pesquisa encontra-se no seguinte questionamento:

- ✓ Sabe-se que desde 1994 e mais precisamente, no Brasil, a partir de 1996 com a Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, as leis de educação inclusiva se fazem presentes em todas as escolas. Nesse sentido, de lá para cá, o que mudou na atuação docente dos professores do Ensino Fundamental I?

A pergunta elaborada pelo(a) Pesquisador(a) B, demonstra, uma vez mais, que o problema representa “uma delimitação mais clara na intenção do pesquisador, em oposição a temas e áreas genéricos abrangentes” (LUNA, 2005, p. 31). A este respeito, Luna (2005, p. 31) ainda acrescenta que, “por causa dessa maior clareza [na definição do tema e do problema], começam a servir de guia para a tomada de decisões importantes na condução da pesquisa [...]”.

2.2 Justificativa

A **Justificativa** é composta pela(s) hipótese(s) [quando houver], objetivo(s) e a revisão de literatura. Nela pretende-se destacar a relevância e o porquê da pesquisa, bem como apresentar as razões de ordem teórica ou prática que justificam sua realização.

A(s) **hipótese(s)**, primeira parte da justificativa, de acordo com Luna (2005, p. 33), significa(m) “uma suposição, uma conjectura e, quando aplicada à pesquisa, implica conjectura quanto aos possíveis resultados a serem obtidos. Deste ponto de vista, hipóteses são quase inevitáveis [...]”. Entretanto, o autor alerta que muitas vezes a(s) hipótese(s) é(são) confundida(s) com o(s) objetivo(s), que será(ão) definido(s) a seguir. Isto porque, em suas palavras, “a formulação de hipóteses de pesquisa deriva necessariamente do problema. [...] a hipótese representa uma formalização do problema e, como tal, é muito mais específica do que [o(s) objetivo(s)]” (LUNA, 2005, p. 35).

Nesse sentido, com o **objetivo(s)** “pretende-se chamar a atenção para a relevância da pesquisa, para a aplicabilidade dos resultados” (LUNA, 2005, p. 36); explicitando o que “se espera vir a conseguir com a realização da pesquisa (contribuir para..., chamar a atenção dos responsáveis para..., esclarecer...)” (LUNA, 2005, p. 36), como se observará no Quadro 3.

Os objetivos podem ser divididos em geral e específico. O **objetivo geral** busca responder a pergunta “**para quê?**”. Ou seja, define a visão geral e abrangente do que se quer alcançar com a pesquisa, em um único parágrafo e, por ser abrangente, deve sempre iniciar com um verbo de ação no infinitivo: analisar, verificar, identificar, averiguar, entre outros. Já, como

objetivo específico encontra-se a descrição das ações necessárias e que viabilizarão o cumprimento do objetivo geral da pesquisa. Este também deve ser escrito utilizando-se de verbos de ação no infinitivo: observar, testar, quantificar, descrever, entre outros.

PESQUISADOR(A) B

Tema: Durante a construção da dissertação de mestrado visa-se pesquisar o **tema** a atuação do professor na educação inclusiva. Para tanto, e mais especificamente, o problema de pesquisa encontra-se no seguinte questionamento:

Problema: Sabe-se que desde 1994 e mais precisamente, no Brasil, a partir de 1996 com a Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, as leis de educação inclusiva fazem-se presentes em todas as escolas. Nesse sentido, de lá para cá, o que mudou na atuação docente dos professores do Ensino Fundamental I?

Objetivo Geral: Investigar como vem se dando as mudanças na atuação docente, em espaços regulares de ensino, após as políticas de educação inclusiva.

Objetivos Específicos: Observar no dia-a-dia da prática docente como ocorre o trabalho diante ao grupo de alunos que fazem parte das chamadas políticas de inclusão. Identificar qual a percepção do professor frente à educação inclusiva. Comparar como a prática docente foi se constituindo e transformando, desde a aplicação inicial das leis de educação inclusiva até os dias de hoje.

Para dar consistência científica e teórica tanto para a escolha do tema quanto do problema e dos objetivos elencados, será imprescindível ao pesquisador a realização da **Revisão de Literatura** (Referencial Teórico). Esta etapa contempla a seleção criteriosa da literatura pertinente ao problema, principalmente fontes (artigos, teses, dissertações) que indiquem o que está sendo pesquisado, na atualidade, sobre o tema. Nesse sentido, uma vasta revisão bibliográfica, durante a construção do projeto, permitirá além de delimitar a unidade de leitura para que o pesquisador consiga captar suas fontes de investigação, orientá-lo em relação ao já conhecido e avançar para o novo e/ou desconhecido.

REVISÃO DE LITERATURA

Faz-se necessário empreender, no Brasil, estudos mais concretos e específicos sobre a teoria adleriana que versam sobre o desenvolvimento e aprendizagem, bem como sobre a totalidade de suas produções para que possamos resgatar, com maior propriedade, uma teoria de pouco mais de 110 anos, mas que no Brasil nada ou quase nada foi divulgado. Um exemplo desta afirmação encontra-se, primeiro, na quase inacessibilidade de suas obras no idioma português (Brasil), segundo, no baixíssimo número de produções científicas relacionadas ao teórico e, terceiro, na fala de alguns psicólogos apontando que até o momento que havia a disciplina Teorias da Personalidade no curso de Psicologia, aproximadamente década de 1970 e 1980, alguma coisa se ouvia sobre a teoria adleriana, após a mudança curricular sua teoria caiu no esquecimento, se assim pode-se dizer. Recentemente, em uma pesquisa realizada no portal de bibliotecas da PUC-SP encontrou-se apenas 15 obras do autor, sendo apenas uma obra, *A ciência da natureza humana*, em duas edições diferentes, em língua portuguesa; as demais (13) encontram-se, respectivamente, em sua maioria, em espanhol (8), francês (4) e inglês (1). No portal da USP encontrou-se 52 resultados, sendo destes 18 não são obras de Adler – ou dedicam-se a falar sobre sua teoria ou apenas apresentam um único capítulo do autor –, 3 obras estão em língua portuguesa, *A ciência do viver* (2 exemplares) e *A ciência da natureza humana* (1); as demais (31) encontram-

se, respectivamente, em sua maioria, em espanhol (12), francês (9), inglês (9) e alemão (1). Lembrando que, o número de obras encontradas, em ambas as bibliotecas, não reflete a verdadeira produção adleriana, pois muitas são reedições das obras mais divulgadas de Adler, como por exemplo *La Psicología Individual* (A Psicologia Individual – 8 exemplares) ou *L'enfant difficile: technique de la psychologie individuelle comparée* (A criança difícil: técnicas de psicologia individual comparada – 4 exemplares) ou *Guiando al niño segun los principios de la psicología del individuo* (Guiando a criança segundo os princípios da psicologia individual – 6 exemplares).

Com relação as publicações científicas, tendo como palavras-chave Alfred Adler, no site do Scielo encontrou-se apenas dois artigos referindo-se a Adler, um publicado no ano 2012 em espanhol, *La violencia humana: ¿qué hemos aprendido?*, e um publicado no ano de 2013, em português, *O conceito de compensação no diálogo de Vigotski com Adler: desenvolvimento humano, educação e deficiência*. Quando do termo Psicologia Individual encontrou-se 339 artigos, desses nenhum relacionava-se a teoria adleriana; em sua maioria pautavam-se na psicologia comunitária ou na psicologia social, tendo como autores de base, por exemplo, Adorno, Bourdieu, Vigotski, José Martín, entre outros. Quando correlacionados os termos, não há referência a nenhum artigo.

No site da Biblioteca Nacional de Teses e Dissertações (BDTD) foram encontradas duas dissertações de mestrado quando colocamos a palavra-chave Alfred Adler. Entretanto, apenas uma das dissertações utilizava-se de fato de sua teoria, *Ordem de nascimento e decisões de carreira: um diálogo entre a psicologia individual e as carreiras contemporâneas* (2013), na outra há a menção ora a David Adler, ora a Alfred Adler, sendo que nas referências não há menção nem a um, nem a outro. Quando do termo Psicologia Individual encontramos 1881 resultados e quando relacionados ao nome de Alfred Adler apenas a dissertação apontada anteriormente é que aparece.

Posto isso, reafirma-se uma vez mais a necessidade de estudos mais concretos e específicos sobre a teoria adleriana que versam sobre o desenvolvimento e aprendizagem, bem como sobre a totalidade de suas produções para que possamos resgatar com maior propriedade sua teoria, tão pouco ou quase nada divulgada no Brasil.

2.3 Procedimento de Coleta de Informações (Metodologia e Método)

Concluída a etapa de construção da justificativa, principalmente sua fundamentação por intermédio da revisão de literatura (referencial teórico), é o momento de determinar que **Procedimento de Coleta de Informações** será empregado.

De acordo com Luna (2005), a seleção do procedimento de coleta é mais uma decorrência do que uma escolha em si. Segundo o autor, as análises dos dados “praticamente conduzem ao melhor procedimento ou, pelo menos, reduzem sensivelmente as alternativas possíveis” (LUNA, 2005, p. 58). Isto porque, na etapa de construção do projeto apesar da seleção dos procedimentos visar o tratamento das informações obtidas (transcrição de entrevistas, trechos de documentos, protocolos de observação, etc.), “não passam de informação obtida e, como tal, aguardam um tratamento, uma organização que permita o encaminhamento das possíveis respostas que se pretendia obter” (LUNA, 2005, pp. 63-64). Consequentemente, as informações tratadas resultarão em dados, “e o procedimento para isto é extremamente dependente do referencial teórico do pesquisador” (LUNA, 2005, p. 64).

Nessa perspectiva, faz-se necessário inicialmente identificar o que se compreende por Metodologia e o que se compreende por Método, pois apesar de geralmente serem interpretados praticamente como sinônimos, os mesmos possuem características distintas e de suma importância para o delineamento da pesquisa.

Etimologicamente falando, a palavra **Metodologia**, originada das palavras latinas *methodos* (organização) e *logos* (estudo sistemático, investigação, pesquisa), tem como significado o estudo da organização, dos caminhos a serem percorridos para se realizar uma pesquisa ou um estudo, ou para fazer ciência, bem como o estudo dos instrumentos utilizados para fazer uma pesquisa científica. Seu objetivo é a validade do caminho escolhido para se chegar ao fim da pesquisa (GERHARDT; SILVEIRA, 2009), ou seja, é o estudo dos métodos aplicados.

Já, o **Método**, segundo Minayo e Minayo-Gomes (2003, p. 118), é aquele que sempre será “capaz de conduzir o investigador a alcançar as respostas para suas perguntas, ou dizendo de outra forma, a desenvolver seu objeto, explicá-lo ou compreendê-lo, dependendo de sua proposta (adequação do método ao problema de pesquisa)”. Nesse sentido, e como descreve Fonseca (2002, pp. 11-12 apud GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 14), o método, principalmente o científico, “envolve técnicas exatas, objetivas e sistemáticas. Regras fixas para a formação de conceitos, para a condução de observações, para realização de experimentos e para a validação de hipóteses explicativas”.

Diante do exposto, passar-se-á brevemente à descrição de algumas das abordagens e/ou tipos de pesquisa utilizados na Educação, com intuito de contribuir tanto para a escolha do método quanto para a escolha dos procedimentos de coleta de dado.

2.3.1 *Tipos de Método*

Os Métodos frequentemente utilizados e que fornecem bases lógicas à investigação são de cinco tipos distintos: dedutivo, indutivo, hipotético-dedutivo, dialético e fenomenológico.

Dedutivo

De acordo com Lakatos e Marconi (1993), o **Método Dedutivo** tem por objetivo explicar o conteúdo das premissas, por intermédio de uma cadeia de raciocínio em ordem descendente de análise (do geral para o particular), para chegar a uma conclusão. Por exemplo, “Todo homem é mortal (premissa maior). Sócrates é homem (premissa menor). Logo, Sócrates é mortal (conclusão) - Aristóteles”.

Demonstrando, assim, que o raciocínio dedutivo, tal como proposto por Descartes, Spinoza e Leibniz, usa do silogismo (construção lógica) para, a partir de duas premissas, retirar uma terceira: a conclusão.

Indutivo

Se no método dedutivo partia-se de uma cadeia de raciocínio, no **Método Indutivo** considera-se que o conhecimento é fundamental na experiência, ou seja, a generalização deriva de observações de casos da realidade concreta.

Um exemplo clássico deste tipo de raciocínio, segundo Lakatos e Marconi (1993), é: “Antônio é mortal. João é mortal. Paulo é mortal. [...] Carlos é mortal. Ora, Antônio, João, Paulo [...] e Carlos são homens [constatações particulares]. Logo, (todos) os homens são mortais [generalização]”. Observando-se, portanto, e assim como propuseram os empiristas Bacon, Hobbes, Locke e Hume, que as constatações particulares levam à elaboração de generalizações.

Ao adotar o método indutivo há a necessidade de seguir alguns procedimentos por parte do pesquisador:

1. Observação sistemática dos fenômenos.
2. Elaboração de classificações a partir da descoberta de relação entre os fenômenos observados.
3. Construção de hipóteses (verdades provisórias) a partir das relações observadas.
4. Verificação das hipóteses por meios de experimentações e testes.
5. Construção de generalizações, a partir dos resultados experimentados e testados, servido como explicação para outros estudos que apresentem casos similares.
6. Confirmação das hipóteses para se estabelecer as leis gerais sobre os fenômenos investigados.

Hipotético-dedutivo

De acordo com Gil (1999), o método **Hipotético-dedutivo**, nos moldes de seu proponente, Karl R. Popper, procura evidências empíricas para derrubar as hipóteses, ao invés de confirmá-las. Ou seja, seu método científico parte de um problema (P1), ao qual se oferece uma espécie de solução provisória (hipóteses), uma teoria-tentativa (TT), passando-se depois a criticar a solução, com vista à eliminação do erro (EE) e, tal como no caso da dialética, esse processo se renovaria a si mesmo, dando surgimento a novos problemas (P2).

Um exemplo clássico de tal método é: “Amanhã choverá” (conjectura que informa muito pouco - quando, como, onde, etc.). Por conseguinte, difícil de falsear, porque em algum lugar do mundo choverá. “Amanhã, em tal lugar, a tal hora, minuto e segundo, choverá torrencialmente”. Facilmente falseável porque tem grande conteúdo empírico, informativo. Bastará esperar naquele lugar, hora e minuto, e constatar a verdade ou falsidade da conjectura. Estas conjecturas altamente informativas são as que interessam à ciência.

Ao adotar o método hipotético-dedutivo há a necessidade de seguir algumas etapas:

1. Expectativas e teorias existentes.
2. Formulação de problemas em torno de questões teóricas e empíricas.
3. Solução proposta, consistindo numa conjectura; dedução das consequências na forma de proposições passíveis de teste sobre os fenômenos investigados.
4. Teste de falseamento: tentativas de refutação, entre outros meios, pela observação e experimentação das hipóteses criadas sobre o(s) problema(s) investigado(s).

Dialético

O **Método Dialético** fundamenta-se inicialmente na proposta de Hegel, na qual as contradições transcendem dando origem a novas contradições que passam a requer solução. Posteriormente, Karl Marx contribuiu para a sistematização desse método ao afirmar que, “o movimento dos contrários acontece nas condições reais de existência do homem, em sua vida social. Isto é, é na experiência de uma vida material que o homem produz um pensamento e uma reflexão sobre si e sobre o mundo material que ele vive e constrói” (DINIZ; SILVA, 2008, p. 13).

Ainda a este respeito, Lakatos e Marconi (1993) afirmam que, a dialética marxista parte de quatro pressupostos:

1. Ação recíproca, unidade polar ou tudo se relaciona.
2. Mudança dialética, negação da negação ou tudo se transforma.
3. Passagem da quantidade à qualidade ou mudança qualitativa.
4. Interpretação dos contrários, contradição ou luta dos contrários.

Nesse sentido, por ser o mundo um conjunto de processos, as coisas não podem ser analisadas na qualidade de objetos fixos, mas em contínuo movimento.

Fenomenológico

O **Método Fenomenológico**, preconizado por Husserl, preocupa-se com a descrição direta da experiência, tal como ela é. Nas palavras de Moresi (2003, p. 26), pautado em Gil (1996) e Triviños (1992), no método fenomenológico,

A realidade é construída socialmente e entendida como o compreendido, o interpretado, o comunicado. Então, a realidade não é única: existem tantas quantas forem as suas interpretações comunicações. O sujeito/ator é reconhecidamente importante no processo de construção do conhecimento.

Para Husserl, portanto, o método fenomenológico deve seguir algumas etapas:

1. Limpar as limitações do conhecimento.
2. Evitar qualquer forma de investigação baseada na natureza.
3. Almejar a perspectiva do fenômeno, desprendendo-se dos conceitos prévios.
4. Atingir o transcendental, a pureza do conceito.
5. Buscar a pureza da verdade.
6. Livrar-se do factual e, mediante razão, alcançar o essencial.

2.3.2 Tipos de Pesquisa

Ao que se refere especificamente à **abordagem da pesquisa** esta pode ser ou de origem quantitativa ou qualitativa. A **abordagem quantitativa** foca-se em resultados que podem ser quantificados e, geralmente, é utilizada em pesquisas que trabalham com grandes amostras a serem consideradas representativas de uma população. Sua base teórica e estrutural encontra-se no pensamento lógico positivista, pois tende a enfatizar o raciocínio dedutivo.

No caso da **abordagem qualitativa** não há a preocupação com a representatividade numérica. Pelo contrário, o que se espera é a compreensão aprofundada sobre um dado grupo social, organização e outros. De acordo com Lüdke e André (2005), pautadas em Bogdan e Biklen (1982), a abordagem qualitativa deve apresentar cinco características básicas:

1. *A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento. [...]*
2. *Os dados coletados são predominantemente descritivos. [...]*
3. *A preocupação com o processo é muito maior do que com o produto. [...]*
4. *O “significado” que as pessoas dão às coisas e à sua vida são focos de atenção especial pelo pesquisador. [...]*
5. *A análise dos dados tende a seguir um processo indutivo. [...]* (LÜDKE; ANDRÉ, 2005, PP. 11-13, grifos das autoras)

Observando-se, assim, que a pesquisa qualitativa se preocupa com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, mas que devem ser elucidados com base na compreensão e

explicação das dinâmicas sociais. Ou, como descreve Minayo (2001), para finalizar, a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes observados nas relações, nos processos e nos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Além da escolha pela forma de abordagem, a pesquisa pode ser estruturada de acordo com os procedimentos a serem adotados para cada tipo de pesquisa. Isto porque, de acordo com as características da pesquisa, poderão ser escolhidas diferentes **modalidades de pesquisa**, sendo possível aliar o qualitativo ao quantitativo.

Pesquisa Experimental

A **Pesquisa Experimental** parte de questionamentos que “colocam em foco *a relação entre variáveis* (no mínimo entre duas delas), buscando-se identificar *aquela que exerce interferência sobre a outra e o tipo de interferência exercido*” (MOROZ; GIANFALDONI, 2002, p. 47, grifo das autoras). E, nesse sentido, os estudos realizados nas pesquisas experimentais apresentam “*manipulação deliberada* das condições que determinam a ocorrência do fenômeno e *controle da interferência* de outras variáveis” (MOROZ; GIANFALDONI, 2002, p. 47, grifo das autoras).

Como exemplo de um tipo de pesquisa experimental, Moroz e Gianfaldoni (2002, pp. 47-48, grifo das autoras) problematizam:

[...] para responder à questão *qual é a relação entre a administração da droga X e as reações da febre apresentadas por cobaias?*, uma das variáveis (no caso, a droga X) seria manipulada, isto é, teria seus valores alterados; a outra variável (no caso, as reações das cobaias) seria mensurada, isto é, registrar-se-iam as diferentes reações ocorridas.

Apesar de o exemplo dado referir-se a uma pesquisa na área de saúde, na Educação há também campo para a realização de pesquisas que têm por objetivo estudar a relação entre variáveis. Por exemplo, quando se busca discutir a superioridade ou ineficiência de um determinado procedimento pedagógico, expressa-se uma relação de interferência positiva ou negativa entre a ação do professor e o desempenho do aluno, segundo Moroz e Gianfaldoni (2002). Consequentemente, a interferência entre duas variáveis pode ser estabelecida.

Pesquisa Bibliográfica e Pesquisa Documental

Apesar da **Pesquisa Bibliográfica** e da **Pesquisa Documental** se parecerem e muitas vezes serem confundidas uma com a outra, as mesmas possuem características que as diferenciam.

No caso da Pesquisa Bibliográfica, segundo Gerhardt e Silveira (2009), pautadas em Fonseca (2002), a base de consulta é constituída basicamente por livros e artigos científicos, geralmente localizados em bibliotecas e/ou portais eletrônicos de periódicos. Já, no caso da Pesquisa Documental, a base de consulta é mais ampla e recorre a fontes diversas como, por exemplo, jornais, cartas, fotografias, documentos oficiais, entre outros.

A respeito da Pesquisa Documental, Moroz e Gianfaldoni (2002) acrescentam que, vários registros podem ser utilizados como documentos: registros políticos, registros administrativos, registros cartoriais, cartas pessoais, meios de comunicação de massa, planos de curso, etc. Entretanto, alerta que faz necessário “certificar-se de que os documentos sejam autênticos e de que não sejam seletivos” (MOROZ; GIANFALDONI, 2002, p. 67).

Pesquisa de Campo

A **Pesquisa de Campo** visa adquirir respostas á questionamentos voltados diretamente à população, o grupo pesquisado. Para tanto, o pesquisador precisará ir ao espaço onde o fenômeno ocorre ou ocorreu para reunir um conjunto de informações a serem documentadas, utilizando-se de entrevistas, de aplicação de questionários, de testes e de observação participante ou não como instrumentos de coleta.

Geralmente a Pesquisa de Campo tem por objetivos compreender os diversos aspectos da sociedade, conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema e descobrir novos fenômenos e suas relações. Adota-se, portanto, três fases iniciais para sua realização:

1. *Bibliográfica*: escolha das referências que darão sustentação teórica à pesquisa.
2. *Escolha técnica*: definição de quais serão e como serão empregados os instrumentos de coleta de dados.
3. *Definição de registros*: como os dados coletados serão registrados e quais técnicas serão empregadas para a análise dos mesmos.

Pesquisa com *Survey*

As pesquisas realizadas com *Survey* ou **Pesquisas do Tipo *Survey*** são muito variadas. Isto porque, o “*survey* é um dos métodos empregados com mais frequência em pesquisas sociais, por se caracterizar pela coleta de dados referente a um grande número de pessoas” (TREVIZAN, 2008, p. 50). Caracteriza-se por ser uma abordagem quantitativa, que visa apresentar as opiniões das pessoas por meio de questionários e entrevistas.

As pesquisas do tipo *Survey* utilizam-se de amostragem para obter uma amostra da população em estudo, ou seja, utilizam-se de um conjunto de elementos que possuem algumas características em comum população a ser estudado.

Ao optar por uma pesquisa de tipo *Survey* deve-se ficar atento para algumas das características que revelem que se escolheu precisamente o tipo mais adequado de pesquisa ao objeto de pesquisa.

1. *Tamanho da população*: coleta informações de muitas pessoas ou de um número relativo de pessoas.
2. *Tipo de amostra*: pode investigar todos os membros de um grupo ou uma amostra da população-alvo.
3. *Tipo de coleta*: por meio de questionários ou entrevistas, ambos padronizados.
4. *O que se pergunta*: opiniões, conhecimento, atitude, crenças, comportamentos, planos e experiências.
5. *Quando se utiliza*: para levantamentos ou avaliar processos, resultados de programas e políticas sociais, por exemplo.
6. *Para que se utiliza*: para fazer inferências acerca da população-alvo ou sobre aspectos que a influencia.

Hoje em dia, para facilitar as pesquisas do tipo *Survey*, há um programa chamado [SurveyMonkey](#), que auxilia tanto na criação quanto na publicação de questionários para este tipo de coleta de dados, gerando inclusive gráficos em tempo real com os resultados, assim como o Google Formulário de fácil acesso para quem possui uma conta no Gmail e com os mesmo recursos do primeiro, só que de forma gratuita.

Estudo de Caso

O **Estudo de Caso** é uma das abordagens mais utilizadas nas diversas áreas do saber: Sociologia, Antropologia, Medicina, Psicologia, Serviço Social, Direito, Administração, entre outras, com variações quanto aos métodos e finalidades.

Na Educação os Estudos de Caso aparecem, segundo André (2005c, p. 14), “em manuais de metodologia de pesquisa das décadas de [1960 e 1970], mas com um sentido muito estrito: estudo descritivo de uma unidade seja ela uma escola, um professor, um grupo de alunos, uma sala de aula”.

Atualmente, busca-se evidenciar que o estudo de caso “é o estudo da particularidade e da complexidade de um caso singular, levando a entender sua atividade dentro de importantes circunstâncias” (STAKE, 1995 apud ANDRÉ, 2005c, pp. 18-19). Em outras palavras, “um estudo em profundidade de um fenômeno educacional, com ênfase na sua singularidade” (ANDRÉ, 2005c, p. 19).

Evidentemente a escolha pelo Estudo de Caso dependerá antes de tudo da natureza do problema a que se quer investigar. Entretanto, cabe salientar que, uma das vantagens que o Estudo de Caso oferece “é a possibilidade de fornecer uma visão profunda e ao mesmo tempo ampla e integrada de uma unidade social complexa, composta de múltiplas variáveis” (ANDRÉ, 2005c, p. 33). Na Educação, por exemplo, ao contribuir com os estudos sobre os problemas da prática educacional, os estudos de caso “podem fornecer informações valiosas para medidas de natureza prática e para decisões políticas” (ANDRÉ, 2005c, p. 36).

Para um bom desenvolvimento do Estudo de Caso faz-se necessário observar e cumprir com suas três fases:

- 1) *Fase Exploratória ou de definição dos focos de estudo*: é o momento para delinear melhor o objeto estudo. Nela será definida a unidade de análise, se confirmará as questões iniciais, estabelecerá os primeiros contatos, localizará os participantes e estabelecerá precisamente os procedimentos e instrumentos de coleta de dados.
- 2) *Fase de Coleta de Dados ou de delimitação do estudo*: concluída a fase anterior, com os elementos-chave identificados, poder-se-á partir para a coleta sistemática de dados, “utilizando fontes variadas, instrumentos – mais ou menos – estruturados, em diferentes momentos e em situações diversificadas” (ANDRÉ, 2005c, p. 51).

- 3) *Fase de Análise Sistemática dos Dados*: na verdade, está é uma fase que se encontra presente em todos os momentos e fases da pesquisa; apenas tornando-se mais sistemática e mais formal após o encerramento da coleta de dados.

Ainda falando sobre a fase de análise, André (2005c, pp. 55-56) descreve os passos que a compõem:

O primeiro passo na tarefa de análise é organizar todo o material coletado, separando-o em diferentes arquivos, segundo as fontes de coleta [...]. O passo seguinte é a leitura e releitura de todo o material para identificar os pontos relevantes e iniciar o processo de construção de categorias descritivas. [...] A categorização por si só não esgota a análise. É preciso que o pesquisador vá além, ultrapasse a mera descrição, buscando realmente acrescentar algo ao que já conhece sobre o assunto. Para isso terá que recorrer aos fundamentos teóricos do estudo e às pesquisas correlacionadas, estabelecer conexões que lhe permitam apontar as descobertas, os achados do estudo.

Para tanto, é necessário reservar um longo período para análise, para posteriormente chegar à elaboração do relatório final da dissertação e/ou tese.

Pesquisa Participante

A **Pesquisa Participante** insere-se na pesquisa prática, ou seja, está ligada à práxis; a prática histórica de usar o conhecimento científico para fins explícitos de intervenção. E, nesse sentido, pode ser definida como uma modalidade de pesquisa que tem como propósito “auxiliar a população envolvida a identificar por si mesma os seus problemas, a realizar a análise crítica destes e a buscar as soluções adequadas” (LE BOTERF, 1984, p. 52).

Na pesquisa participante a população pesquisada não é considerada passiva e seu planejamento e condução não ficam a cargo do pesquisador; mas sim, da própria população envolvida, que discute os problemas a serem estudados conjuntamente com o pesquisador. Na educação, as origens da pesquisa participante e sua principal influência encontram-se nos trabalhos de Paulo Freire, relacionados à educação popular (método de alfabetização com base no contexto sócio-histórico).

Posto isso, ao optar pela pesquisa participante, de acordo com Fals Borda (1982), faz-se necessário atender seis princípios metodológicos:

1. *Autenticidade e compromisso*: demonstrar honestamente seu compromisso com a transformação social proposta.
2. *Antidogmatismo*: garantir ao grupo com o qual, para o qual e sobre o qual se estuda que esse tem liberdade política, religiosa e organizacional em geral.

3. *Restituição sistemática*: garantir ao grupo que o conhecimento adquirido lhe será devolvido em linguagem que respeite suas tradições culturais, de forma sistemática e organizada.
4. *Feedback aos intelectuais orgânicos*: garantir que os trabalhos gerem contribuição, expressa com clareza na exposição teórica e observações, sobre sua aplicabilidade em situações similares, de forma dialética.
5. *Ritmo e equilíbrio de ação e reflexão*: garantir a articulação do conhecimento concreto com o geral, do conhecimento local com o nacional e o global, da formação social com o modo de produção.
6. *Ciência modesta e técnicas dialogais*: compreender que a ciência deve ser realizada mesmo em situações insatisfatórias e primitivas, sem que isso signifique falta de ambição, e aprender a ouvir discursos em diferentes sintaxes, romper com a assimetria das relações sociais e incorporar pessoas por mais humildes que sejam como seres ativos e pensantes nos esforços de pesquisa.

Pesquisa-Ação

A **Pesquisa-Ação**, como seu próprio nome sugere, pretende “investigar as relações sociais e conseguir mudanças em atitudes e comportamentos dos indivíduos” (ANDRÉ, 2005, p. 31).

De acordo com Kurt Lewin (apud ANDRÉ, 2005a), para se caracterizar como pesquisa-ação, é necessário apresentar os seguintes traços:

- 1) Análise
- 2) Coleta de dados e conceituação dos problemas
- 3) Planejamento da ação, execução e nova coleta de dados para avaliá-la
- 4) Repetição desse ciclo de atividade

Objetiva-se com tais procedimentos estudar cientificamente os problemas, de modo a orientar, corrigir e avaliar suas ações e decisões. Apesar de possuir particularidades em cada uma de suas correntes de pensamento, é fato que, todas sempre se utilizam de um plano de ação, um processo de acompanhamento e controle da ação planejada e no relato desse processo.

Pesquisa Etnográfica

A partir da década de 1970, a **Etnografia**, uma forma de pesquisa desenvolvida pelos antropólogos para estudar a cultura e a sociedade, passou a ser amplamente utilizada e discutida pela educação.

Se, como diria André (2005a, p. 28), “o foco de interesse dos etnógrafos é a descrição da cultura [...] de um grupo social, a preocupação da educação é com o processo educativo”. Conseqüentemente, há uma diferença de enfoque entre estas duas áreas, “o que faz com que certos requisitos da etnografia não sejam – nem necessitem ser – cumpridos pelos investigadores das questões educacionais” (ANDRÉ, 2005a, p. 28). Portanto, o que se tem feito, segundo a pesquisadora, é uma adaptação da etnografia à educação, ou seja, estudos do tipo etnográfico e não etnografia no seu sentido estrito.

Para André (2005a), um trabalho somente poder ser considerado de tipo etnográfico quando:

- 1) Faz uso de técnicas que tradicionalmente são associadas à etnografia (observação participante, entrevista intensiva e análise de documentos).
- 2) O pesquisador é o instrumento principal na coleta e na análise dos dados (princípio da interação constante entre o pesquisador e o objeto pesquisado).
- 3) Ênfase no processo, no que está ocorrendo e não no produto ou nos resultados finais.
- 4) Aprender e retratar o significado pessoal, a visão pessoal dos participantes.
- 5) Envolver um trabalho de campo.
- 6) Uso da descrição e da indução.
- 7) Formulação de hipóteses, conceitos, abstrações, teorias e não uma testagem.

2.3.3 Tipos de Instrumentos de Coleta de Dados

De acordo com Moroz e Gianfaldoni (2002, p. 65, grifo das autoras), “não há, a priori, uma forma adequada de coletar dados; o pesquisador deve considerar seu problema de pesquisa e escolher, em função deste, a melhor forma de obter as informações que lhe permitirão respondê-lo, levando em conta as características específicas de sua pesquisa [...]”. É certo que,

independentemente do instrumento de coleta de dados escolhido pelo pesquisador, este deve apresentar como requisitos a validade, a confiabilidade e a precisão.

Observação

Por ser a **Observação** uma atividade realizada diariamente, para que possa ser considerada como um instrumento metodológico é, segundo Moroz e Gianfaldoni (2002, p. 65, grifo das autoras), “necessário que seja *planejada, registrada adequadamente e submetida a controles de precisão*”. Isto porque, por intermédio da observação pode-se registrar tanto situações típicas (tais como ocorrem) quanto situações que tenham sido criadas deliberadamente. Caberá ao pesquisador, com base no seu objeto de pesquisa, ter clareza sobre o que irá observar para não registrar aspectos irrelevantes ou deixar de notar aspectos inusitados.

O planejamento da observação é essencial: somente “à medida que se tem claro o que deve ser observado é que se tem maior probabilidade de evitar irrelevâncias ou de identificar aspectos que, embora não previstos, deveriam ser considerados” (MOROZ; GIANFALDONI, 2002, p. 66).

É importante destacar, segundo Gerhardt e Silveira (2009), que a observação pode ser de dois tipos:

1. *Simples ou assistemática*: o pesquisador apenas observa de maneira espontânea como os fatos acontecem e depois controla os dados obtidos. É, por exemplo, muito utilizada quando se procura observar a conduta das pessoas nos mais variados espaços sociais.
2. *Sistemática/não-participante e/ou passiva*: o pesquisador presencia os fatos, mas não participa deles, ou seja, não se integra ao grupo observado, permanecendo de fora. Por saber exatamente quais as informações que deseja obter com a observação, consegue realizar uma descrição mais detalhada e precisa dos fenômenos estudados.
3. *Participante*: por se tratar de um tipo de observação na qual o pesquisador tem contato direto com o fenômeno estudado, ele consegue ganhar a confiança do grupo, assim como ser influenciado pelas características do grupo e, ao mesmo tempo, conscientizá-los da importância da investigação de sua pesquisa.

Entrevista

A **Entrevista** é um dos instrumentos que melhor permite a relação pessoal entre pesquisador/sujeito. Isto porque, durante o processo de coleta dos dados e/ou da entrevista faz-se essencial a presença do pesquisador, para obtenção das informações relevantes ao problema de pesquisa.

De acordo com Gerhardt e Silveira (2009, p. 72), a entrevista é, portanto, “uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca obter dados, e a outra se apresenta como fonte de informação”; podendo ser ou de caráter exploratório (estruturada) ou uma coleta de informações (altamente estruturada).

Como tipo de entrevistas encontra-se:

1. *Entrevista estruturada*: por objetivar diferentes respostas às mesmas perguntas, a entrevista estruturada apresenta perguntas predeterminadas, que limitam a liberdade de falar livremente sobre o assunto ou do pesquisador fazer outra pergunta além das previamente elaboradas.
2. *Entrevista semiestruturada*: apesar do pesquisador possuir um roteiro de perguntas, em alguns momentos permite-se que o entrevistado fale livremente sobre a temática.
3. *Entrevista não-estruturada*: por buscar uma visão geral do tema, o pesquisador solicita ao entrevistado que fale livremente sobre o tema proposto. A entrevista não-estruturada é muito utilizada em pesquisas que envolvem história oral.
4. *Entrevista orientada*: por saber o pesquisador quais informações deseja obter, o mesmo focaliza sua atenção sobre uma experiência dada e seus efeitos.
5. *Entrevista em grupo*: muito utilizada nos grupos focais, a entrevista em grupo exige uma organização posterior a ela, pois os entrevistados respondem ao mesmo tempo as perguntas propostas pelo pesquisador.
6. *Entrevista informal*: utilizada em estudos exploratórios, permite que o pesquisador obtenha um conhecimento mais aprofundado da temática pesquisada.

Cabe lembrar que, para que se obtenham bons resultados com a entrevista, faz-se necessário antes de tudo elaborar um roteiro que ajude o pesquisador, primeiro, a elaborar perguntas objetivas que evitem dicotomias e/ou permitam que o entrevistado extrapole no tema e, segundo, organizar e distribuir o tempo que será destinado a cada tema da entrevista.

Análise Documental

A **Análise Documental**, segundo André (2005b, p. 38), constitui uma “técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema”.

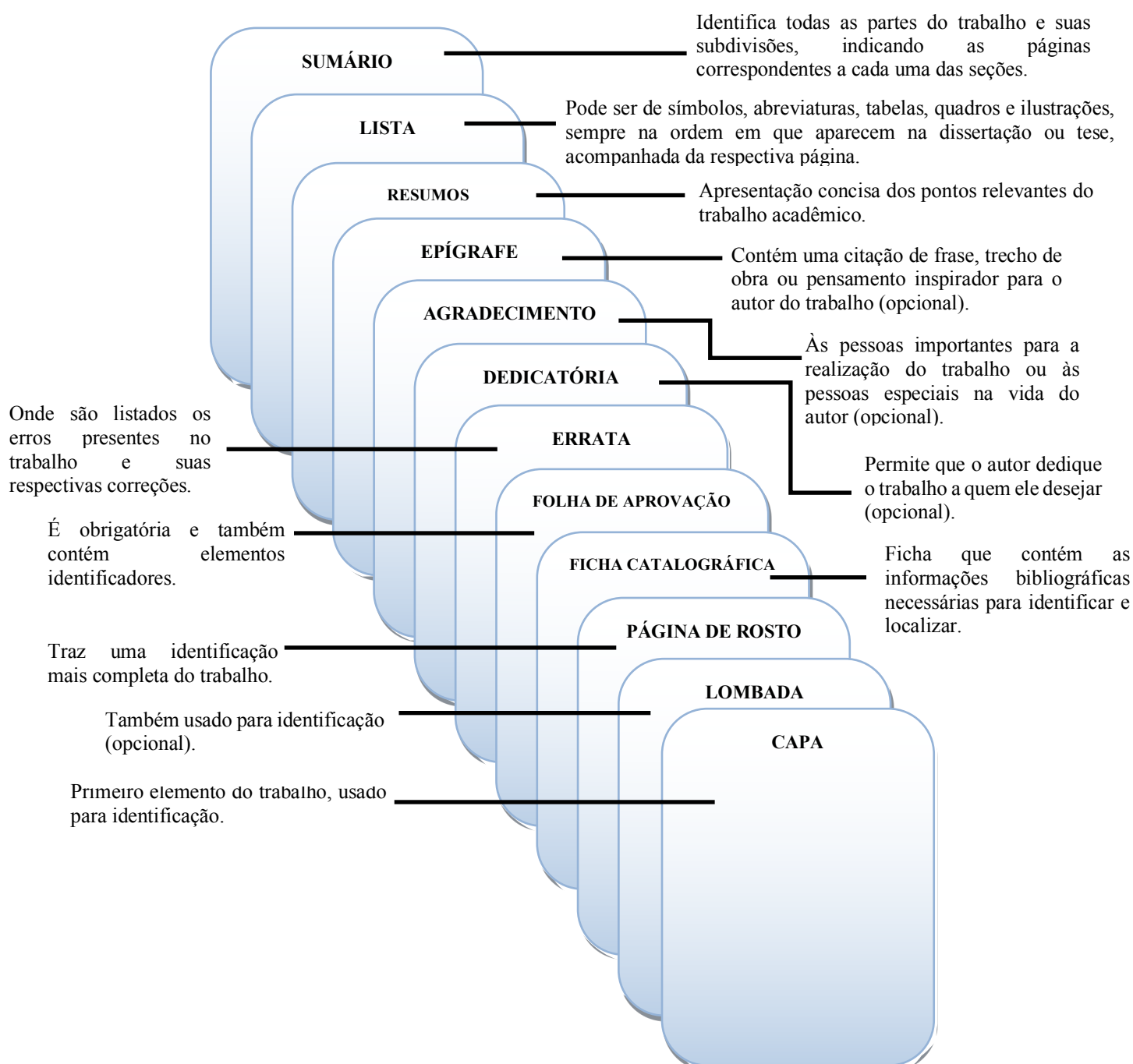
Por se tratar da análise de materiais escritos que revelam informações sobre o comportamento humano (normas, pareceres, cartas, diários, discursos, etc.), a análise documental “busca identificar informações factuais nos documentos a partir de questões ou hipóteses de interesse” (CAULLEY, 1981 apud ANDRÉ, 2005b, p. 38). Por exemplo, ao ter como material de análise as atas de conselho de classe de uma determinada escola, poder-se-ia examiná-las evidenciando um estudo das relações de preconceito e estigma dos professores frente aos alunos considerados como os “piores” da classe e/ou da escola.

Ao optar por uma pesquisa que se pauta em uma Análise Documental, faz-se essencial atentar para os procedimentos metodológicos a serem seguidos:

1. *Caracterização*: que tipo de documento será usado e selecionado para a pesquisa. Serão documentos do tipo oficial, técnico ou pessoal? Envolverá informações de arquivos? Incluirá um único tipo de material ou uma combinação deles?
2. *Escolha*: nunca pode ser aleatória. Deve sempre pautar-se nos propósitos, nas ideias ou nas hipóteses que fundamentam à pesquisa.
3. *Análise*: geralmente utiliza-se a técnica de análise de conteúdo, para conseguir fazer inferências válidas e replicáveis.

CAPÍTULO 3 – DOS ELEMENTOS PRÉ-TEXTUAIS

Os **Elementos Pré-Textuais**, como já mencionado anteriormente, são as partes que antecedem o texto principal e que, além de identificar o trabalho acadêmico, objetiva realizar uma síntese do que será apresentado nos elementos textuais (a pesquisa em si). Para atender tais objetivos, faz-se necessário a padronização desses elementos, como se verá a seguir, para que se torne de fácil identificação e leitura a todos que consultem os mais diversos tipos de trabalhos acadêmicos, nas mais diversas áreas do saber.



3.1 Capa

A **Capa** constitui a proteção externa do trabalho; é de caráter obrigatório e contém os seguintes elementos:

- a) Nome da Instituição
- b) Nome do Autor
- c) Título – primeira letra maiúscula, demais minúsculas; exceção para os nomes próprios e/ou científicos
- d) Subtítulo (se houver)
- e) Número de Volumes (se houver mais de um, em cada capa deve constar a especificação do respectivo volume)
- f) Local
- g) Ano de depósito

No Programa de Mestrado em Educação do Centro Universitário Moura Lacerda a encadernação deve ser feita em capa dura, na cor azul-marinho, com inscrições em dourado (Anexo).

3.2 Lombada

Na **Lombada** deve constar as informações impressas, na seguinte ordem:

- a) Nome completo do autor, impresso longitudinalmente e legível do alto para o pé da lombada (ABNT NBR 12225).
- b) Título do trabalho (impresso da mesma forma que o nome do autor).
- c) Elementos alfanuméricos de identificação, por exemplo, v. 2.

SPÍNDOLA, Rita de Cássia Souza	MESTRADO EM EDUCAÇÃO - CUML	2,5 cm de espaço reservado para etiqueta de localização	2014
---	--	---	-------------

3.3 Folha de Rosto

A **Folha de Rosto** contém elementos essenciais à complementação da identificação do trabalho:

- a) Nome do autor
- b) Título (deve possibilitar a identificação do conteúdo do trabalho)
- c) Subtítulo se houver (precedido de dois pontos, evidenciando sua subordinação ao título principal)
- d) Número de volumes (se houver mais de um, em cada folha de rosto deve constar a especificação do respectivo volume)
- e) Natureza do trabalho (dissertação ou tese), objetivo (no caso, grau pretendido: mestre ou doutor), nome da Instituição a que é submetido e área de concentração
- f) Nome do orientador
- g) Local (cidade) da instituição onde será apresentado o trabalho
- h) Ano de defesa (Anexo IV)

3.4 Verso Folha de Rosto

O **Verso da Folha de Rosto** deve conter a ficha catalográfica, de acordo com o Código de Catalogação Anglo Americano 2 (CCAA 2).

A ficha catalográfica deve ser obtida na biblioteca do Centro Universitário Moura Lacerda com a bibliotecária responsável.

Pereira, Rita de Cássia Soares de Oliveira Sannazzaro.

Experiências poéticas em sala de aula: as potencialidades do educador e do educando no ensino de arte / Rita de Cássia Soares de Oliveira Sannazzaro Pereira. -- Ribeirão Preto, 2014.

111f.

Dissertação (Mestrado) – Centro Universitário Moura Lacerda, 2014.

Orientador: Profa. Dra. Maria de Fátima da Silva Costa Garcia de Mattos

1. Ensino de arte. 2. Arte como experiência. 3. Constituição do sujeito no contexto escolar. 4. Mediação no ensino de arte. I. Mattos, Maria de Fátima da Silva Costa Garcia de. II. Centro Universitário Moura Lacerda. III. Título.

3.5 Folha de Aprovação

A **Folha de Aprovação** (Anexo) é obrigatória e deve conter as seguintes informações (NBR14714, 2005):

- a) Nome do autor
- b) Título por extenso e subtítulo (se houver)
- c) Natureza (dissertação ou tese)
- d) Objetivo (grau pretendido: mestre ou doutor)
- e) Nome da instituição e da área de concentração
- f) Data de aprovação
- g) Nome, titulação, assinatura e instituição dos membros componentes da banca examinadora

3.6 Errata

Caso seja necessário utilizar **Errata**, deve-se inseri-la logo após a folha de rosto; informando à referência do trabalho e o texto da errata, como se pode observar a seguir.

ZOCCAL, M. S. P. **As atribuições do Supervisor de Ensino no Programa “Ler e Escrever” da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo**. 2014. 1163f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro Universitário Moura Lacerda, Ribeirão Preto, 2014.

ERRATA			
Folha	Linha	Onde se lê	Leia-se
12	25	adolescências	adolescência
41	06	resolução	Resolução

3.7 Dedicatória

A **Dedicatória** é uma homenagem ou oferecimento do trabalho a alguém (opcional).
Veja exemplo:

Dedico esta tese aos meus vários mestres – família, professores, alunos e amigos – , que tornaram possível a concretização desse sonho que, em alguns momentos, parecia impossível.

3.8 Agradecimentos

Os **Agradecimentos** trazem palavras de reconhecimento a pessoas e/ou instituições que contribuíram de maneira relevante à realização do trabalho. Assim como a dedicatória, os agradecimentos são opcionais.

À Professora Dra. ... que ao longo desses dois e/ou quatro anos me acolheu com toda a sua atenção e sabedoria, mostrando-me que no caminho das pedras sempre há uma semente a ser descoberta e cultivada. Cada momento de conversa e orientação foram fundamentais para o meu crescimento pessoal e profissional.

Aos Professores Drs. ... que com suas palavras amigas, me levaram a grandes reflexões e incentivaram-me no desafio de querer ser pesquisadora. Um especial agradecimento pela sementinha colocada durante a qualificação e que mudou alguns dos passos tomados para a conclusão desta dissertação e/ou tese.

Aos professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Educação do CUMML que me acompanharam desde o início do mestrado e/ou doutorado.

À minha família como um todo, pois sem o apoio incondicional dessas pessoas, esta longa jornada seria muito árdua e difícil de ser cumprida.

Aos Amigos e Amigas que fizeram parte deste longo processo e que carinhosamente compreenderam meus desafios, minhas indagações, minhas angústias e alegrias, meu crescimento pessoal e profissional e, principalmente, minhas ausências.

Ao CNPq, Capes ou FAPESP que, pelo auxílio financeiro concedido, possibilitou o desenvolvimento desta pesquisa.

3.9 Epígrafe

A **Epígrafe** é uma citação, seguida de indicação de autoria, relacionada ao tema tratado no corpo do trabalho. Além da epígrafe apresentada nos elementos pré-textuais, há a possibilidade de inseri-la nas folhas de abertura das seções primárias (capítulos) da dissertação e/ou tese. Como exemplo, segue como modelo a epígrafe de uma dissertação voltada as atribuições do supervisor frente a um programa/projeto específico de educação.

As escolas devem perguntar: “Este currículo é um meio para que os alunos possam adquirir conhecimento poderoso?”. Para crianças de lares desfavorecidos, a participação ativa na escola pode ser a unia oportunidade de adquirirem conhecimento poderoso e serem capazes de caminhar, ao menos intelectualmente, para além de suas circunstâncias locais e particulares – Young (2007, p. 1297).

3.10 Resumo

O **Resumo** constitui-se de uma apresentação concisa dos pontos relevantes do trabalho acadêmico, em sua língua original (português) e em uma língua estrangeira; no caso do PPGE, o idioma escolhido é o inglês).

O resumo deve ressaltar o objetivo, o método, os resultados e as conclusões do documento, sendo redigido de maneira impessoal, na terceira pessoa do singular, em forma de texto corrido, sem enumeração de tópicos. Não deve incluir citações bibliográficas e deve ter entre três e cinco palavras-chave, que devem figurar logo abaixo do resumo, antecedidas da expressão “Palavras-chave”, separadas entre si por ponto e finalizadas também por ponto.

RESUMO

ZOCCAL, M. S. **As atribuições do Supervisor de Ensino no Programa “Ler e Escrever” da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo**. 2014. 163f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro Universitário Moura Lacerda, Ribeirão Preto, 2014.

Esta pesquisa faz parte da linha Currículo, Cultura e Práticas Escolares e da sublinha História da Educação e Currículo e tem como objetivo analisar as atribuições do supervisor de ensino na implantação do Programa “Ler e Escrever” da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. O Programa “Ler e Escrever” é uma importante política pública voltada para o atendimento dos anos iniciais do ensino fundamental (Ciclo I) e desde o ano de 2009 está presente em todas as escolas estaduais paulistas. Com o objetivo de melhorar a qualidade do ensino, alfabetizar plenamente os alunos até os oito anos de idade e reverter a situação de analfabetismo e alfabetização precária dos alunos, foram efetuados investimentos na formação continuada dos profissionais, na aquisição de materiais pedagógicos relativos ao Programa “Ler e Escrever”, no projeto “Bolsa Alfabetização” e no Programa de Integração Estado/Município. Na literatura pesquisada, verificam-se vários estudos sobre a atuação dos professores alfabetizadores, dos professores coordenadores das unidades escolares e dos professores coordenadores dos núcleos pedagógicos, assim como dos materiais disponibilizados a professores e alunos. No entanto, observou-se a ausência de pesquisas relacionadas à atuação do supervisor de ensino no Programa “Ler e Escrever”, seja nas Diretorias de Ensino, seja nas escolas pertencentes a seu setor de trabalho. Trata-se de uma

pesquisa com abordagem qualitativa e documental, alicerçada nos estudos de alguns autores como Akkari (2011), Barroso (2003), Fernandes (2008), Freitas (2012), Gentili (1998), Giroux (1997), Goodson (2008), Hypolito (2010), Krawczyk (2000), Saviani (2011), Shiroma (2002) e Souza (2006), além de em pesquisas bibliográficas das dissertações de mestrado, teses de doutorado e publicações referentes ao Programa. Os documentos analisados foram os termos de visita do supervisor de ensino às escolas, contemplando suas orientações e recomendações relativas a esse Programa. As considerações finais demonstraram que o supervisor foi um dos responsáveis pela implementação do Programa “Ler e Escrever”, garantido a utilização dos materiais do Programa pelas escolas, controlando e fiscalizando o trabalho realizado por seus profissionais e o cumprimento das determinações proferidas pela Diretoria de Ensino, a Secretaria de Educação e o Governo do Estado de São Paulo, sob o enfoque da responsabilização pelos resultados. Apesar das críticas fundamentadas nos aspectos prescritivos dos Guias de Planejamento e Orientações Didáticas e do caráter de imposição aos profissionais por meio de controle e fiscalização, considerou-se que foi intensificado o trabalho de leitura e intervenções diante das dificuldades de alfabetização dos alunos.

Palavras-chave: Programa Ler e Escrever. Política Pública. Supervisor de Ensino. Termos de Visita.

ABSTRACT

SPÍNDOLA, R. C. S. **The periodicals published by the General Directorate of Public Instruction of the State of São Paulo and the ideal of democracy.** 2014. 103p. Dissertation (Master) – Graduate Program in Education, University Center Moura Lacerda, Ribeirão Preto, 2014.

This work is part of the research of Curriculum, Culture and School Practices and is inserted into the underlined History of Education and Curriculum. It results from the journal analysis published by the State Education Board of the State of São Paulo, between 1930 and 1934, and uses the historical method and document analysis. Knowing the importance that these journals had as a vehicle of expression of the leaders and leaders of São Paulo public education as also the promoter element of the concepts that defined the pedagogical thinking of school movement, it was attempted with this analysis, understand what processes historically established permeated the ideology conceived and articulated in these educational journals in order to understand and identify the conception of the ideal of democracy served during this period, through the analysis of the articles contained therein. The theoretical framework consisted mainly of Catani studies; Bastos (2002), Cellard (2012), Cunha (1995, 2001), Foucault (2012, 2014, 2014b), Mate (2002), Veiga Neto (2003), Yazbeck (2014). In this manner, it can be said that this term democracy initially come ideas that pushed to patriotism, nationalism, eliminating illiteracy, flowed for concepts which referred to the defense of school for all, the didactic autonomy and way of life in consensus; and finally moved to questions that focused between the politics and public. The ideal of democracy was installed in order to legitimate powers, with the intimate spaces being conquered in the name of higher ideals. We believe that the search for understandings of the ideal of democracy served in the educational field, in the 1930s, possibly came to pervade the democratization process of Brazilian education during this century. Note that the discursive disputes observed in the dominant groups at the time, especially the reformers and Catholics, outlined a scenario of polarized ideas between the ideal of defense of democracy, turning it over the following decades, in school universalization, without effective right to quality education for all.

Keywords: Democracy. Educational Journals. History of Education. New School.

3.11 Lista de Ilustrações

A **Lista de Ilustrações** deve ser elaborada de acordo com a ordem das figuras, desenhos e/ou fotografias apresentadas no texto, com cada item designado por seu título específico e acompanhada do respectivo número da página.

MODELO DE LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Foto 1: Hope, de George Frederic Watts	17
Foto 2: La parábola dei ciechi, de Pieter Bruegel	23
Foto 3: Le mendiant aveugle, de Bastien Lepage Jules	41
Foto 4: O cego rabequista, de José Rodrigues de Carvalho	71
Foto 5: Il Cieco, Albano Vitturi,	85
Foto 6: El ciego músico, Ramón Bayeu	140

3.12 Lista de Quadros ou Tabelas

A **Lista de Quadros ou Tabelas** deve ser elaborada de acordo com a ordem apresentada no texto, com cada item designado por seu título específico e acompanhada do respectivo número da página. Lembrando que, os Quadros, apesar da ABNT (NBR 14724, 2011) não especificar o que é inserido no mesmo, geralmente, apresentam a síntese de ideias, a apresentação de textos estudados, lista de legislações com comentários, entre outros. Já, as Tabelas concentram-se em dados numéricos (ABNT NBR 14724, 2011).

MODELO DE LISTA DE QUADROS OU TABELAS

Tabela 1: O defeito e a compensação – alguns teóricos	26
Tabela 2: Os teóricos e suas obras I	29
Tabela 3: A criança cega – outros teóricos	30
Tabela 4: Os teóricos e suas obras II	32
Tabela 5: Os sentidos e a visão – teóricos que se destacaram	34
Tabela 6: Visão e Compensação – obras selecionadas	37

3.13 Lista de Abreviaturas e Siglas

A **Lista de Abreviaturas e Siglas** utilizadas no documento deve ser colocada em ordem alfabética, seguidas das palavras a que correspondem, escritas por extenso. Não devem figurar abreviaturas e siglas comuns, como centímetro (cm), milímetro (ml), *et al.* etc. Alguns exemplos de abreviaturas e siglas que devem ser inseridas neste tipo de lista são:

MODELO DE LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANPED – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
 ABPEE – Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial
 MEC – Ministério da Educação

3.14 Lista de Símbolos

A **Lista de Símbolos** deve ser elaborada de acordo com a ordem apresentada no texto, com o devido significado. Lembrando que, os sinais utilizados como símbolo substituem o nome de uma coisa ou ação, como por exemplo:

MODELO DE LISTA DE SÍMBOLOS

@ - arroba

§ - parágrafo

Ω – ômega

3.15 Sumário

O **Sumário** apresenta a enumeração das principais divisões, seções, partes ou capítulos, na mesma ordem e grafia que se sucedem no texto, acompanhadas do respectivo número da página.

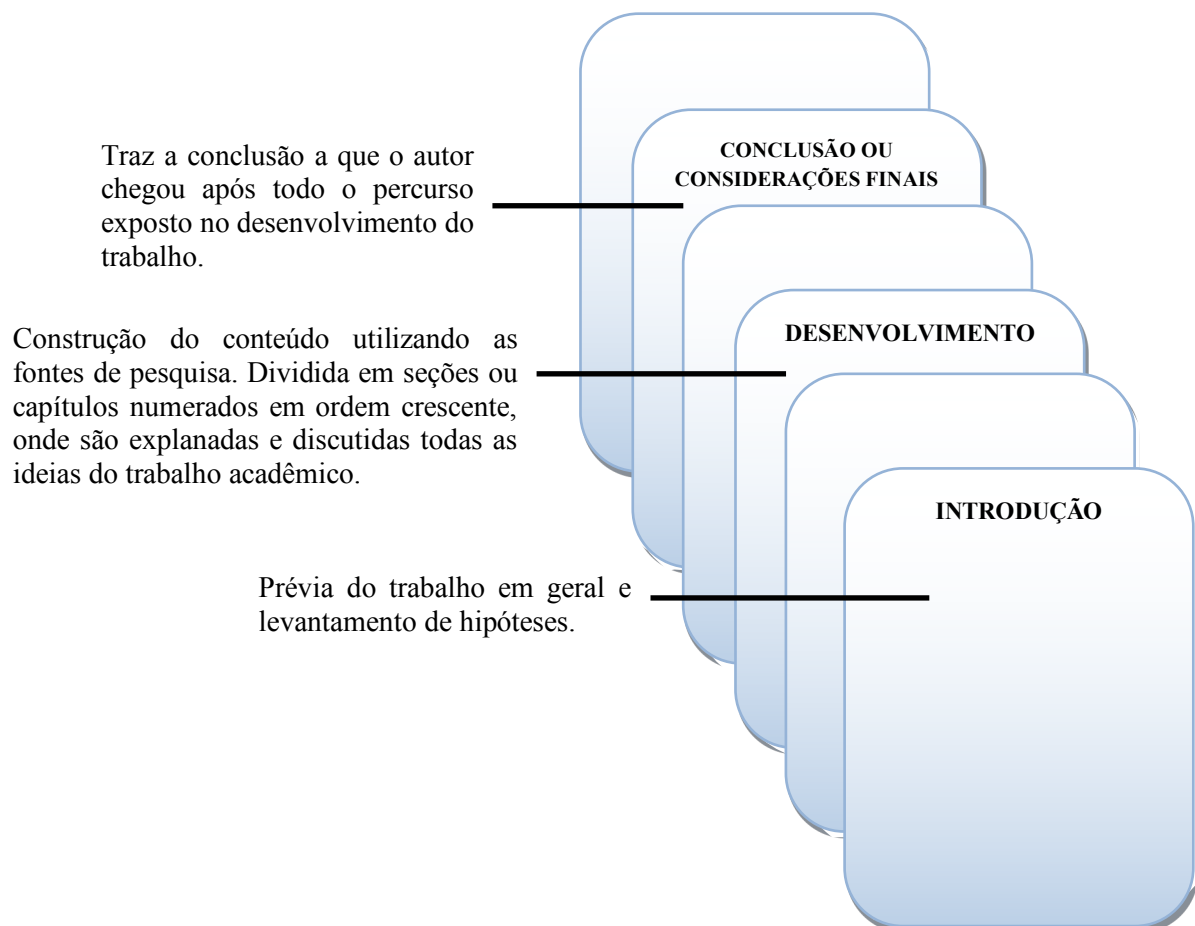
Cabe destacar que, o sumário deve incluir apenas as partes do trabalho que lhe sucedem, sendo assim não deve incluir os elementos pré-textuais e deve ser localizado como o último elemento pré-textual, como se pode observar no sumário inicial deste manual.

O Sumário é sempre construído ao final da conclusão do trabalho, bem como no caso de haver mais de um volume, cada um deve conter o sumário completo do trabalho, conforme a ABNT NBR 6027.

CAPÍTULO 4 – DOS ELEMENTOS TEXTUAIS

Os **Elementos Textuais** são o conteúdo do trabalho propriamente dito. Em outras palavras, os elementos textuais são aqueles onde o pesquisador/autor ao desenvolver o tema escolhido, traz os resultados de sua pesquisa e sua ideia sobre o assunto pesquisado.

Cada um dos elementos tem pelo menos um objetivo principal, como se verá a seguir. E, nesse sentido, é necessário que a construção do texto esteja coesa para que tanto os avaliadores deste processo quanto os futuros leitores entendam o processo descrito no desenvolvimento e o ponto de vista do pesquisador/autor apresentado nas considerações finais.



4.1 Introdução

A **Introdução** é a parte inicial do trabalho científico e acadêmico na qual o autor apresenta seu trabalho como um todo, descrevendo o assunto de forma sucinta, considerando os seguintes aspectos:

1. A problemática geral que envolve o tema.
2. Apresentação resumida do *estado da arte* em que se insere o problema (revisão bibliográfica).
3. Definição dos objetivos do trabalho.
4. Esclarecimento dos pontos em que o presente trabalho se assemelha ou diverge dos demais já escritos na área.
5. Esclarecimento quanto à importância do trabalho.
6. Esclarecimento quanto à organização do trabalho (em capítulos ou seções e subseções).

4.2 Desenvolvimento

O **Desenvolvimento**, também conhecido como corpo do trabalho, contém a exposição ordenada e pormenorizada do tema e costuma ser dividido em seções ou capítulos, as quais podem ser subdivididas (subseções), que variam em função da abordagem do tema e do método.

Geralmente, a primeira seção de dissertações ou teses costuma abordar a parte teórica do trabalho (marco teórico), na qual se faz um resumo das teorias e conceitos utilizados para o desenvolvimento posterior do trabalho.

Na segunda seção é descrita a parte metodológica da pesquisa.

A terceira parte apresenta os resultados e a discussão dos dados obtidos.

4.3 Conclusão ou Considerações Finais

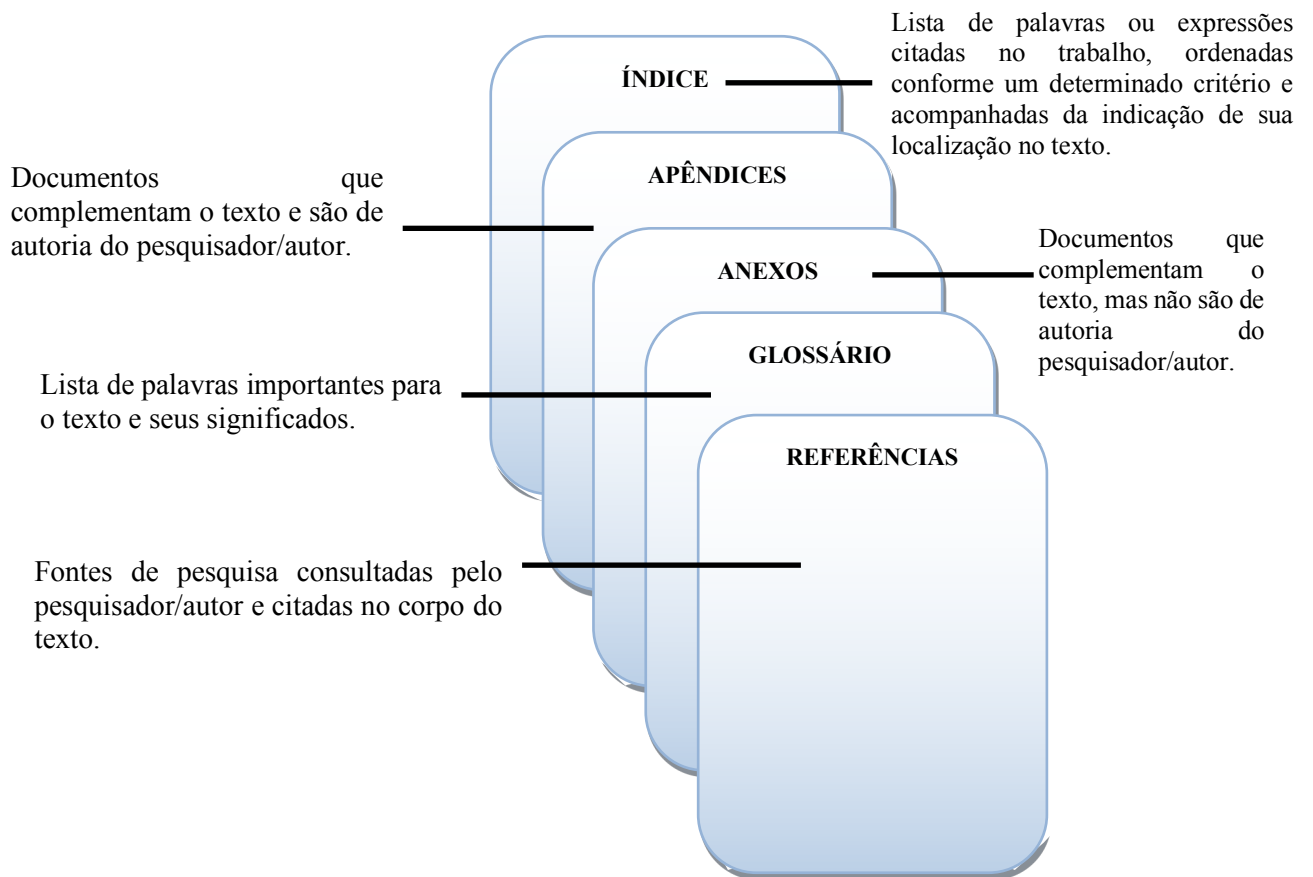
A **Conclusão ou as Considerações Finais** é uma das partes mais importantes do trabalho acadêmico e deve ser uma decorrência natural do que foi exposto no desenvolvimento.

Resulta de deduções lógicas sempre fundamentadas no que foi apresentado e discutido no corpo do trabalho e deve conter comentários e consequências próprias da pesquisa, evidenciando a solução do problema de pesquisa investigado, bem como sugestões de novos enfoques para pesquisas adicionais.

CAPÍTULO 5 – DOS ELEMENTOS PÓS-TEXTUAIS

Os **Elementos Pós-Textuais** são aqueles que compõem a última parte do trabalho acadêmico e científico. Vêm depois da identificação e do conteúdo escrito na dissertação ou tese, caracterizando o fim da apresentação e, normalmente, complementando o conteúdo e o entendimento da pesquisa.

Os elementos pós-textuais são importantes para que tanto os avaliadores quanto os futuros leitores tenham acesso às fontes de estudo do pesquisador/autor e aos aspectos complementares de informações/dados que apareçam no decorrer do texto.



5.1 Referências

Cabe destacar que, é praticamente impossível construir um trabalho acadêmico e científico a partir do nada. Em sua construção faz-se necessário consultar fontes para adquirir domínio dos fundamentos e principais ideias relacionadas à área de estudo. Portanto, as **Referências** utilizadas pelo pesquisador/autor não podem e nem devem ser omitidas.

As referências apresentam todo o material bibliográfico citado no trabalho acadêmico. As mesmas devem estar organizadas em ordem alfabética, alinhadas à esquerda, com espaçamento simples, espaço duplo entre elas e apresentar elementos essenciais indispensáveis à identificação do documento. Os mesmos estão estritamente vinculados ao suporte documental e variam, portanto, conforme o tipo (ABT NBR 6023, 2018). Já, os elementos complementares permitem melhor caracterizar os documentos.

Referência com autores

Essencial:

BECKER, H. S. **Outsiders**: estudos de sociologia do desvio. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CAMARGO, E. A. A. [et al]. **Síndrome de Down** - Orientação a Pais. Campinas: Fundação Síndrome de Down, 1989.

Complementar:

GOULART, D. M.; ALCÂNTARA, R. Educação Escolas e Subjetividade: desafios contemporâneos. 1.ed. EUA: Global South

RIZZINI, I. O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. 1.ed. Rio de Janeiro: Ed. Universitária Santa Úrsula, 1997. ISBN 85-7294-012-X

Quatro ou mais autores

SCOZ, B. *et al.* **Aprendizagem**: tramas do conhecimento, do saber e da subjetividade. São Paulo: Vozes, 2006.

Editores, organizadores, coordenadores, copiladores como autores

Essencial:

SICCA, N. A. L.; DAVID, A. (Org.). **Diálogos na Educação Básica**: políticas, currículo e discurso. Curitiba: CRV, 2015.

Complementar:

SOUZA-LEITE, C. R. V. de; MATTOS, M. de F. da S. C. G. (Orgs.). **Constituição do sujeito**: história, educação e gênero. 1.ed. São Paulo: Iglu, 2009. ISBN 9788574941004

Capítulos

Essencial:

CEDRAN, P. C. Se o grão de trigo não morrer - a função sacrificial na mitologia - uma análise comparativa da teogonia judaico-cristã e guarani. *In*: BORGES FILHO, O.; GAETA, M. A. J. V. (Org.). **Língua, Literatura e Ensino**. Franca: Ribeirão Gráfica e Editores, 2005. p. 145-158.

Complementar:

FISCARELLI, R. B. O.; FISCARELLI, S. H. Tecnologia na Educação: dos objetos reais aos objetos virtuais. *In*: MONTEIRO, S. A. I.; RIBEIRO, R.; LEMES, S. S.; MUZZETTI, L. R. (Org.). **Educações na Contemporaneidade**: reflexões e pesquisa. 1.ed. São Carlos: Pedro e João Editores, 2011. p. 177-194.

LEAL, D.; ANTUNES, M. A. M. O luto e a perda da visão: rumos e desafios. *In*: BORGES, A. A. P.; LOURENÇO, E.; ASSIS, R. M. (Orgs.). **Cultura, direitos humanos e práticas inclusivas em psicologia e educação**. 1.ed. Belo Horizonte: Editora PUCMinas, 2015. Terceira Parte. p. 223-231.

Livro eletrônico (E-book, CD-ROM)

Essencial:

JANUZZI, G. M. **A educação do deficiente no Brasil**: dos primórdios ao início do século XXI. Campinas, SP: Autores Associados, 2017. E-book.

SIMÕES, M. (ed.) **Anísio Teixeira**. Brasil: Televisão América Latina, 2007. 1 CD-ROM.

Complementar:

BAVARESCO, A.; BARBOSA, E.; ETCHEVERRY, K. M. (org.). **Projetos de Filosofia**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011. E-book (213p.). (Col. Filosofia). ISBN 978-85-397-0073-8.

Livro em CD-ROM

SIMÕES, M. **Anísio Teixeira**. Série Educadores Brasileiros. Brasil: Televisão América Latina, 2007. 1 CD-ROM.

Referência de Trabalhos Acadêmicos

Essencial:

LEAL, D. **Compensação e Cegueira**: um estudo historiográfico. 2013. Tese (Doutorado em Educação: Psicologia da Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

Complementar:

FERREIRA, B. M. S. **Prática Pedagógica em Educação Especial**: inclusão de aluno com deficiência. 2016. 125f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Departamento de Educação, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2016.

Referência de Entidades

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. (BRASIL). **NBR 14724**: informação e documentação – trabalhos acadêmicos – apresentação. [Rio de Janeiro, RJ]: Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2005.

INEP. **História e Geografia, Ciências Humanas e suas Tecnologias**: livro do professor. [Brasília, DF]: MEC/INEP, 2003.

Referência de Periódicos

Essencial:

COSTA, A. D. M.; LOURENCETTI, G. C. A Política Educacional Paulista: O Programa Ler e Escrever. **Revista Comunicações**, Piracicaba, v.22, n.1, p.53-64, 2015.

Complementar

LEAL, D. Interpretations of the compensation concept in the history of blindness. **Newsletter Centro de Estudos Adlerianos**, Montevideo, v.17, p.6-9, junho, 2016.

STEBBINS, R. A. Education for Self-Fulfillment: process and context. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v.41, n.3, p. 873-887, July/Sept. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/edreal/v41n3/2175-6236-edreal-51738.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2019.

Coleção de Periódicos

REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO. Rio de Janeiro: ANPEd, 2018. ISSN 1809-449X versão *online*. Trimestral. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issues&pid=1413-2478&lng=pt&nrm=iso Acesso em: 21 mar. 2019.

Referência de Leis e Decretos

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 06 jul. 2015.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, Ministério da Educação, [1996]. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf> Acesso em: 21 mar. 2019.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Organizada por Cláudio Brandão de Oliveira, DF, ano 139, n. 8, p.1-74, 11, 2013. PL 634/1975.

Imagem em movimento (filmes, vídeos, DVD, entre outros)

ENTRE os muros da escola. Direção Laurent Cantet. França: Imovision, 2008. Longa metragem (128min), DVD, son., color.

MEU MESTRE minha vida. Direção John G. Avildsen. Escrito: Michael Schiffer. EUA: InterFilmes, 1989. Longa metragem (108min), son., color.,xmm.

Revista e Jornal

BARROS, R. Especialista afirma que universidades brasileiras não estão realmente “formando” professores. **Revista Educação**, São Paulo, edição 231, 03 ago. 2016. Disponível em: <http://www.revistaeducacao.com.br/especialista-afirma-que-universidades-brasileiras-nao-estao-realmente-formando-professores/>. Acesso em: 02 set. 2016.

SOBOTA, G. Alberto Manguel e Robert Darnton discutem censura, bibliotecas e livro digital em SP. **Estadão**, São Paulo, 31 ago. 2016. Disponível em: <http://cultura.estadao.com.br/noticias/literatura,alberto-manguel-e-robert-darnton-discutem-censura-bibliotecas-e-livro-digital-em-sp,10000073201>. Acesso em: 02 set. 2016.

Eventos (Congressos, Seminários, Encontros, entre outros)

Anais na totalidade

XII CONPE – CONGRESSO NACIONAL DE PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL, 2015, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2015 Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2015. 1385p. Escolas para todos: Políticas Públicas e Práticas dos Psicólogos.

Trabalho de autores nos anais

BACARIN, A. P. S.; LEONARDO, N. S. T.; GARCIA, R. A. B. Acessibilidade no Ensino Superior: Políticas Públicas e sua efetivação. *In*: XII CONPE – Congresso Nacional de Psicologia Escolar e Educacional, 2015, São Paulo. **Anais [...]**, São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2015. p. 70-83.

Verbetes de dicionário ou enciclopédia

CAMPOS, R. H. F. **Dicionário Biográfico da Psicologia no Brasil**. Pioneiros. Rio de Janeiro, Imago, 2001. ANTIPOFF, Helena Wladimirna, pp. 53-58.

CUNHA, A. G. da. **Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa**. 4.ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010. Incluir, p. 354.

5.2 Glossário (opcional)

O **Glossário** consiste em uma lista, em ordem alfabética, das palavras ou expressões pouco conhecidas utilizadas no texto, acompanhadas das respectivas definições. O uso de

glossário dá-se pelo fato de que é comum encontrar, ao longo dos trabalhos acadêmicos, palavras ou termos muito específicos de uma determinada área de estudo.

Apesar de não ser obrigatório, o glossário é uma forma de tornar seu trabalho mais acessível para todos os tipos de leitores e transmitir, aos avaliadores, a preocupação do pesquisador/autor ao listar as palavras importantes e que necessitam de significado, principalmente para evitar interpretações erradas.

MODELO DE GLOSSÁRIO

ABORDAGEM INSTITUCIONAL: De caráter preventivo, tem como foco a instituição de ensino, ou seja, o trabalho é realizado diretamente com os profissionais da instituição, ajudando o aluno de forma indireta.

DISLEXIA: É um distúrbio ou transtorno de aprendizagem na área da leitura, escrita e soletração, comprometendo, assim, o desenvolvimento das habilidades de reconhecimento de palavras e da compreensão da leitura.

ETIOLOGIA: Estudo ou ciência das causas de um determinado conhecimento ou de um determinado objeto.

5.3 Anexos

Nos **Anexos** o pesquisador/autor anexa ao trabalho documentos que não são de sua autoria, mas que contribuem significativamente para organizar o corpo do texto de forma a não quebrar o ritmo da leitura e auxiliar na compreensão do tema estudado.

Como anexos à pesquisa podem ser inseridos, por exemplo, documentos das instituições estudadas, de órgãos governamentais, cartas pessoais, cadernos de alunos, fotografias de arquivos, projetos pedagógicos, legislações, fichas de acompanhamento, entre outros.

5.4 Apêndices (opcional)

Nos **Apêndices** encontram-se documentos da própria autoria do pesquisador/autor e que serviram de referência ou suporte para o trabalho. Isto porque, há pesquisadores/autores que já possuem trabalhos, pesquisas ou livros publicados que podem ser aproveitados em sua publicação mais recente. Por isso, segundo as Normas da ABNT, é permitido que o pesquisador/autor use suas próprias produções (documentos escritos, imagens, gráficos ou tabelas).

A formatação do apêndice segue praticamente as mesmas normas dos anexos, pois em determinados documentos, em vez de utilizar-se da formatação do trabalho, mantém-se o documento em seu formato original.

5.5 Índice (opcional)

O **Índice** é um elemento pós-textual opcional, no qual são colocadas palavras e/ou frases importantes com a indicação das páginas onde elas aparecem, para facilitar a pesquisa dos termos com a indicação das páginas onde aparecem.

Geralmente o índice é utilizado quando o pesquisador/autor crê que o sumário não é suficiente para localizar uma informação no texto, principalmente se forma uma questão ou terminologia muito específica. Nesse sentido, o pesquisador/autor destacará, em uma seção específica, uma palavra ou uma frase que tenha importância ao trabalho e que possa ser encontrada rapidamente, como no modelo a seguir.

MODELO DE ÍNDICE

A

Abordagem do currículo multidisciplinar 327, 328
Adaptações do currículo 241, 242, 243, 244, 249

D

Diversidade Cultural 72, 73, 74, 296, 359, 360

H

Habilidades da vida diária 247, 248, 249
Helenismo 394-395

L

Liderança para a inclusão 71, 72, 132, 133

CAPÍTULO 6 – APRESENTAÇÃO TÉCNICA

Os trabalhos acadêmicos e científicos possuem regras gerais de apresentação. Para tanto, neste último capítulo dedicar-se-á a descrição de como deve se dar a formatação dos mesmos.

6.1 Formato

Os textos devem ser digitados e impressos em papel branco, no formato A4 (21,0 cm x 29,7cm), com os escritos na cor preta. O uso das demais cores somente pode ser aplicado em ilustrações ou gráficos.

Conforme as Normas do PPGE, deve-se utilizar:

- ✓ Margens esquerda e superior de 3 cm e direita e inferior de 2 cm.
- ✓ Parágrafos a 1,5 cm da margem esquerda.
- ✓ Letra *Times New Roman*, fonte 13, para títulos, centralizados em letra maiúscula (sempre abre uma nova página).
- ✓ Manter espaço duplo somente entre o título de cada seção e/ou capítulo e o início do corpo do texto.
- ✓ Letra *Times New Roman*, fonte 12, para o corpo do texto. Espaçamento 1,5 entrelinhas.
- ✓ Letra *Times New Roman*, fonte 10, para notas de rodapé e citações em bloco. Espaçamento simples. Texto justificado.
- ✓ Letra *Times New Roman*, fonte 12, para referências bibliográficas. Espaçamento simples entrelinhas e espaçamento duplo entre as referências.

6.2 Numeração de Página

- ✓ Numeração arábica, no alto da folha à direita.
- ✓ As seções que constam dos elementos pré-textuais, a partir da folha de rosto, devem ser numeradas, embora o número não deva aparecer na página.
- ✓ A partir da Introdução o número deve começar a aparecer, seguindo a formatação informada no primeiro item.
- ✓ No caso de Apêndices e Anexos a numeração deve ser mantida de forma contínua, seguindo a ordem do texto principal.
- ✓ Em caso de dissertação ou tese com mais de um volume, a sequência numérica deve ser mantida, do primeiro ao último.

6.3 Citações

Como no trabalho acadêmico ou científico deve-se ter sempre a preocupação de fazer referências às ideias de outros autores, por fundamentarem e melhorarem a qualidade científica do trabalho, deve-se levar em conta como as **Citações** podem ser e quais seus tipos de fontes, para depois identificar como colocá-las no corpo do texto. Para tanto, as citações podem ser:

- ✓ *Diretas*: referem-se à transcrição literal de uma parte do texto de um autor e devem ser registradas ou entre aspas, quando não passarem de três linhas ou 40 palavras, ou em bloco recuada, sem aspas, em fonte menor, como se verá mais à frente.

Tipo 1: até 3 linhas

Acredito, também, como a autora, que mestre é “aquele que faz a mediação entre o educando e os conhecimentos, acata cada um como um ser diferenciado, com características próprias, impulsionando e auxiliando a assumir o compromisso pela construção de sua identidade” (RONCA, 2005, p. 31).

Tipo 2: mais de 3 linhas em bloco

Como coloca Cunha (2004, p. 43),

escreve-se pelos mais diversos motivos: conversar, compartilhar, pedir, registrar, agradecer, seduzir, provocar emoções, relatar, narrar, testemunhar o vivido, eternizar-se, escrever-se, perpetuar-se. O escrever pode ser, igualmente, uma das maneiras de contornar e ordenar o tempo, uma tentativa de suplantar a finitude, uma condição de estar no mundo, um registro de memória, um refúgio do eu.

- ✓ *Indiretas*: quando são redigidas pelo autor com base na ideia de um ou mais autores e devem ser indicadas no texto com expressões como: conforme, de acordo, segundo, entre outras, acrescida ao final do sobrenome do autor e data de publicação da obra entre parenteses.

Para esclarecer melhor a relação da criança com deficiência sob as determinações histórico-culturais, Vigotski (1997) apoia-se nos estudos sobre a defectologia, para propor uma nova prática que auxilie na criação de instrumentos culturais especiais e adaptados à estrutura psicológica da criança com deficiência, assim como a utilização de procedimentos pedagógicos especiais que a levem a dominar esses instrumentos.

Já, quando se pensa no tipo de fonte, essas podem ser de dois tipos:

- ✓ *Primárias*: quando se referem à obra do próprio autor que é objeto de estudo.

É preciso não tomar o poder como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre os outros, de uma classe sobre as outras; mas ter bem presente que o poder não é algo que se possa

dividir entre aqueles que o possuem e o detém exclusivamente e aqueles que não o possuem. O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles. (FOUCAULT, 2004, p. 193)

- ✓ *Secundárias*: quando se referem à obra de alguém que estuda o pensamento de outro autor ou faz referência a ele.

De acordo com Campos (1980, p. 48 apud JANNUZZI, 2004, pp. 132-133) “assistir à criança e ao adolescente excepcionais definidos nos seus estatutos como sendo aqueles classificados acima ou abaixo da norma de seu grupo, visto serem portadores de características mentais, físicas ou sociais que façam de sua educação um problema especial”.

Cabe destacar que, primeiro, todas as fontes citadas no texto devem constar na lista de Referências e devem obrigatoriamente seguir a mesma entrada utilizada na lista de referências, de acordo com a norma de referência ABNT.

Segundo, quando houver supressões, interpolações, comentários, ênfases ou destaques, faz necessário indicar com colchetes o trecho que foi modificado, como observar-se-á a seguir.

Supressões:

[...] a história não é uma crítica epistemológica. Ela permanece um relato. Conta seu próprio trabalho e, simultaneamente, o trabalho legível num passado. [...] compreende-se a si mesma no conjunto e na sucessão de produções das quais ela própria é um efeito (CERTEAU, 1975/2010, p.53).

Interpolações, acréscimos ou comentários:

[...] [se] as palavras que usamos para designá-las, a maneira perversa de ver o significado utilizado, carregando-o de conotações pejorativas que se desprendem de atitudes e crenças profundamente arraigadas na sociedade, fazendo com que devam ser substituídos periodicamente por outros, inicialmente neutros, para referir-se ao mesmo significado, [será que as nomenclaturas que adotamos atualmente deixam de lado todas essas conotações para de fato ver quem é essa pessoa cega?]. (GONZÁLEZ, BENITO E VEIGA, 2003, p.27).

Ênfase ou destaque (grifo, negrito ou itálico):

A criança cega ou surda pode conseguir, em seu desenvolvimento, o mesmo que uma criança normal; as crianças com defeitos também conseguem o mesmo, entretanto *de modo diferente, por um caminho diferente, com outros meios [...]*. A chave da peculiaridade é brindada pela lei de transformação do menos do

defeito no mais da compensação. (VYGOTSKI, 1929/1983/1997, p.17, grifos do autor).

Terceiro, quando se tratar de citações obtidas por informação verbal (palestras, aulas, etc.), indicar, entre parênteses, a expressão informação verbal, mencionando os dados disponíveis em notas de rodapé.

De acordo com Leal (2016, informação verbal¹), “há fatores básicos implicados no condicionamento social do desenvolvimento da criança com alguma deficiência e/ou defeito. Consequentemente, a criança não sente diretamente a ação do defeito, mas percebe às dificuldades que dela derivam”.

-
1. Fala da Prof.^a Dra. Daniela Leal durante uma das aulas da disciplina Fundamentos da Educação, sobre a relação Lev S. Vigotski e Alfred Adler, proferida no dia 19 de outubro de 2016.

E, quarto, há momentos que se faz necessário citar fontes de pesquisa que ainda não foram publicadas, mas estão em vias de. Este tipo de citação, além de mencionar que o trabalho citado se encontra em fase de elaboração, indicando os dados disponíveis em nota de rodapé, como no modelo a seguir.

A este respeito, Leal e Massimi (em fase de elaboração)² afirmam que,

[...] the Brazilian experience with Child Guidance Clinics, idealized by Arthur Ramos, in schools, allied with the pedagogical task, became a reference for other scholars, researchers, and/or professionals, especially in the rethinking and restructuring of the functioning of the School Mental Hygiene Service in the country.

-
2. LEAL, D.; MASSIMI, M. Arthur Ramos and the use of Adlerian Psychotherapy in Child Guidance Clinics in Brazil (1933-1939). Artigo científico submetido ao Journal of Individual Psychology e aprovado para publicação no primeiro semestre de 2017.

6.4 Notas de Rodapé

As **Notas de Rodapé** devem ser reduzidas ao mínimo, sendo utilizadas apenas para fazer considerações suplementares ou explicativas que não caberiam no texto sem quebrar a sequência lógica da construção do pensamento.

-
1. **Лев Семенович Выготский**: não há no Brasil uma padronização na forma de grafar o nome do autor. Podem ser encontradas as seguintes grafias: Vygotsky, Vygotski, Vygotskii, Vygotski, Vygotsky. Todas as grafias são válidas, inclusive a norte-americana usada por Martha Kohl (Vygotsky), mas há regras para a transliteração que podem ser seguidas se houver interesse. Uma delas é que todos os três ‘is’ de ‘Выготский’ passariam para o português como uma única forma: tanto para ы = i duro; como para о и = i sem outra especificação; quanto para о й = i kratkoe ou i breve, ou semivogal. Como se vê, a transliteração final a rigor ficaria: Vygotskii. Sendo assim, adotou-se a grafia “Vigotski” por mais se aproximar da pronúncia em português, porém serão respeitadas as formas utilizadas pelos autores referenciados no texto. (Informação verbal. Dados fornecidos por Heverson Juarez, 2006).

6.5 Tabelas e Quadros

A **Tabela** apresenta os seguintes elementos: título, cabeçalho, conteúdo, fonte e, se necessário, nota(s) explicativa(s) (geral e/ou específica). É dividida por o mínimo possível de linhas na horizontal e as bordas laterais não podem ser fechadas.

Tabela 1 - Modelo

ÁREAS	UNESP	UNICAMP	USP	TOTAL
Interdisciplinar	2	2	2	6
Biológicas e da Saúde	2	2	2	6
Exatas e Tecnológicas	2	2	2	6
Humanas e Artes	2	2	2	6
TOTAL	8	8	8	24

Fonte: FEAUSP, 2012.

O **Quadro**, embora siga especificações semelhantes (título, fonte, legenda, nota(s) e outras informações necessárias), terá suas laterais fechadas e sem limite de linhas horizontais.

Quadro 1 – Concepções de Aprendizagem Significativa

Ausubel	Piaget	Kelly	Vigotski	Johson-Laird	Novak
Subsunçores – âncoras – relação velho/novo	Assimilação – Adaptação - Acmodação	Moldes pessoais - constructos	Social – histórico – cultural – instrumentos - signos	Representações mentais	Humanista – pensamento – sentimento – ação - troca

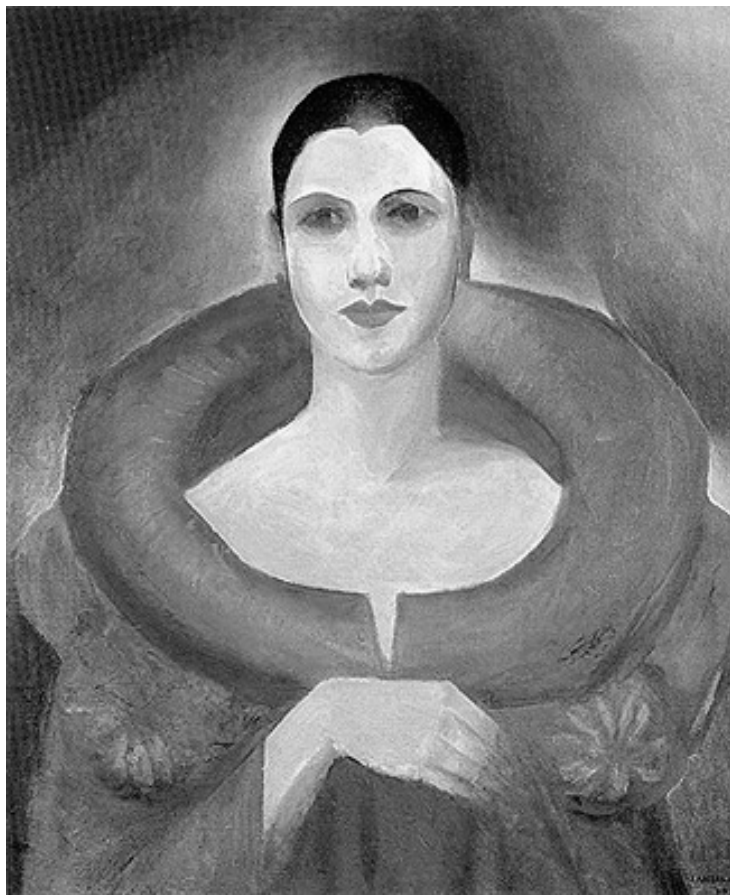
Fonte: Issuu, 2013.

6.6 Figuras

Consideram-se **Figuras** os esquemas, desenhos, mapas, fotografias, diagramas, organogramas, entre outros. As mesmas devem estar inseridas, preferencialmente, próximas ao texto a que se referem; no topo da imagem devem-se inserir número sequencial e título, como se poderá observar a seguir; na parte inferior citar a fonte (mesmo que seja o próprio autor do trabalho); deve-se centralizá-la e utilizar fonte tamanho 10 para o título da figura e para a fonte.

Nenhum Figura pode estar sem fonte, tampouco deixar de apresentar a referência da mesma que, geralmente, deve vir em nota de rodapé e não ao final do texto, nas referências bibliográficas.

Figura 1: O autorretrato (Manteau Rouge)



Fonte: Tarsila Site Oficial, 2019²

6.7 Observações Finais

- ✓ Quando do uso de entidades coletivas conhecidas por sigla, cita-se primeiro o nome por extenso acompanhado da sigla e, a partir daí, apenas a sigla. Por exemplo,

De acordo com a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED)...

- ✓ Quando for um documento de autoria de um órgão da administração direta do governo em que a referência se inicia pelo nome geográfico do país, estado ou município, a representação da citação será:

² 1923, óleo sobre tela, 73x60,5 cm, (P050), Museu Nacional de Belas Artes, RJ. Disponível em: <http://tarsiladoamaral.com.br/obra/primeiros-anos-1904-1922/>. Acesso em: 22 mar. 2019.

A necessidade de pensar a educação inclusiva começou a se fazer presente no cenário da sociedade contemporânea sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, quando, sob a égide da Declaração Universal dos Direitos Humanos, ganharam força os debates acerca das circunstâncias históricas da produção de práticas discriminatórias e da exclusão, tanto dentro quanto fora da escola (BRASIL, 2008).

- ✓ Quando do uso de vários trabalhos de um mesmo autor, com datas diferentes, cita-se:

Pensando nisso, a primeira separação e transformação realizada foi a partir da leitura dos três primeiros tomos da obra *Los ciegos en la historia* (MARTÍNEZ, 1991, 2000, 1993, respectivamente).

- ✓ Trabalhos de um mesmo autor com a mesma data, identifica-se com:

Piaget (1974a, 1974b).

- ✓ Citação de vários trabalhos de diferentes autores menciona-se:

Discutimos o corpo comunicativo em sua inter-relação social com base nos pesquisadores Knapp e Hall (1999), Rector e Trinta (1985), Pease e Pease (2005), Picard (1986) e Weil e Tompakow (1986).

- ✓ Citação de autores com coincidência de sobrenome e data, diferencia-se pelas iniciais:

Ferreira G (1993) - Ferreira L (1993).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRÉ, M. E. D. A. **Etnografia da prática escolar**. 12ª Ed. Campinas: Papirus, 2005a.
- _____. **Pesquisa em Educação**: abordagens qualitativas. 9ª reimp. São Paulo: E.P.U, 2005b.
- _____. **Estudo de caso em Pesquisa e Avaliação Educacional**. Brasília: Líber Livro, 2005c.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS E TÉCNICAS. **NBR 6023**. Informação e Documentação: Referências – Elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2016.
- _____. **NBR 6027**. Informação e Documentação: Sumário – Procedimento. Rio de Janeiro: ABNT, 2013.
- _____. **NBR 6024**. Informação e Documentação: Numeração Progressiva das Seções de um Documento Escrito. Rio de Janeiro: ABNT, 2012.
- _____. **NBR 14724**. Informação e Documentação: Trabalhos Acadêmicos – Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2011a.
- _____. **NBR 15287**. Informação e Documentação: Projeto de Pesquisa – Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2011b.
- _____. **NBR 12225**. Informação e Documentação: Títulos de Lombada. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.
- _____. **NBR 6028**. Informação e Documentação: Resumo – Procedimento. Rio de Janeiro: ABNT, 2003.
- _____. **NBR 10520**. Informação e Documentação: Citações em Documentos. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.
- BRASIL. **Manual Operacional para Comitês de Ética em Pesquisa**. 4ª ed. Brasil: Ministério da Saúde, 2008.
- _____. **Resolução N° 196/96**. Brasília: Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde, 1996.
- DINIZ, C. R.; SILVA, I. B. **Metodologia Científica**. Campina Grande, Natal: UEPB/UFRN, 2008.
- FALS BORDA, O. Aspectos teóricos da pesquisa participante In: BRANDÃO, C. R. (Org.). **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- FLICK, U. **Introdução à Pesquisa Qualitativa**. 3ª Ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (orgs.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.
- LEAL, D. **Alfred Adler (1870-1937) e as Clínicas de Condução Infantil**: aprendizagem possível a todas as crianças, 2015 (no prelo).

- LE BOTERF, G. Pesquisa participante: propostas e reflexões metodológicas *In*: BRANDÃO, C. R. (Org.). **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- LUNA, S. V. **Planejamento de Pesquisa** – Uma Introdução. 8ª reimp. São Paulo: EDUC, 2005.
- MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MINAYO, M. C. S.; MINAYO-GOMÉZ, C. Difíceis e possíveis relações entre métodos quantitativos e qualitativos nos estudos de problemas de saúde *In*: GOLDENBERG, P.; MARSIGLIA, R. M. G.; GOMES, M. H. A. (Orgs.). **O clássico e o novo**: tendências, objetos e abordagens em ciências sociais e saúde. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003. p.117-142.
- MOROZ, M.; GIANFALDONI, M. H. T. A. **O Processo de Pesquisa**: iniciação. Brasília: Editora Plano, 2002.
- NOGUEIRA, M. O. G.; LEAL, D. **Psicopedagogia Clínica**: caminhos teóricos e práticos. Curitiba: Intersaberes, 2013.
- NOSSELA, P. Ética e Pesquisa. **Educação & Sociedade**, Campinas, v.29, n.102, p.255-273, jan./abr. 2008.
- SOUSA, R. N. *et al.* Desonestidade acadêmica: reflexos na formação ética dos profissionais de saúde. *Revista Bioética*, v. 24, n. 3, p. 459-468, 2016.
- STAINBACK, S.; STAINBACK, W. **Inclusão**: Um guia para educadores. Porto Alegre: Artmed, 1999.
- TREVIZAN, A. **Um Processo de Formação Continuada**: das necessidades formativas às possibilidades de formação. 2009. 99fls. Dissertação (Mestrado em Educação: Psicologia da Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

ANEXOS

ANEXO I – SUGESTÃO DE TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O Sr.(a) _____, está sendo convidado (a) como voluntário(a) a participar da pesquisa “**Título**”. Neste estudo pretendemos **objetivo da pesquisa**.

O motivo que nos leva a estudar é **por que escolheu tal temática**.

Para a realização desta pesquisa, optou-se por **metodologia/método**.

Recebi os esclarecimentos necessários sobre os possíveis desconfortos e riscos decorrentes do estudo, levando-se em conta que é uma pesquisa, e os resultados positivos ou negativos somente serão obtidos após a sua realização. Assim, por se tratar de uma pesquisa envolvendo a opinião dos sujeitos envolvidos e apesar dos riscos serem considerados mínimos, não se desconsidera a possibilidade dos envolvidos sentirem-se desconfortáveis com as emoções que emergirem de seu próprio discurso, assim o mesmo poderá optar pela exclusão de determinados trechos de sua fala, dita inicialmente no calor da emoção, bem como acrescer questões que ache pertinente e que não foi expressa. Caso ocorra algum dano decorrente da minha participação no estudo, serei devidamente indenizado, conforme determina a lei.

Para participar deste estudo você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Você será esclarecido(a) sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido pelo pesquisador. O pesquisador irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão.

Espera-se que, **o que será conquistado com a pesquisa e a importância dos resultados para os participantes**.

O(A) Sr.(a) _____, não será identificado em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável e a outra será fornecida a você.

Caso haja danos decorrentes dos riscos previstos, o pesquisador assumirá a responsabilidade pelos mesmos.

Eu, _____, portador do documento de Identidade _____ fui informado (a) dos objetivos do estudo “**nome do estudo**”, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar.

Declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada à oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Cidade, _____ de _____ de _____.

Nome Assinatura participante Data

Nome Assinatura pesquisador Data

Em caso de eventuais dúvidas sobre as questões éticas deste estudo, devo entrar em contato com: Comitê de Ética em Pesquisa do **colocar o nome da instituição que aprovou o projeto, telefone da mesma e do pesquisador.**

ANEXO II – SUGESTÃO DE TERMO DE COMPROMISSO DO PESQUISADOR

CENTRO UNIVESITÁRIO MOURA LACERDA

TERMO DE COMPROMISSO

Eu (**Nome de Pesquisador Responsável**), pertencente ao (**Identificação do Departamento ou Curso de vínculo do Pesquisador**), pesquisador (a) responsável pelo Projeto (**Título do Projeto de pesquisa**), comprometo-me a observar e cumprir as normas do CNS em todas as fases da pesquisa.

Cidade, _____ de _____ de _____

Assinatura do Pesquisador

ANEXO III - CAPA

CENTRO UNIVERSITÁRIO MOURA LACERDA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - MESTRADO

RITA DE CÁSSIA SOUZA

**Os periódicos editados pela Diretoria Geral de Instrução Pública do estado de São Paulo
e o ideal de democracia (1930-1934)**

RIBEIRÃO PRETO

2014

ANEXO IV - FOLHA DE ROSTO

MÁRCIA SUZANA PINTO ZOCCAL

As atribuições do Supervisor de Ensino no Programa “Ler e Escrever” da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro Universitário Moura Lacerda, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de concentração: Educação Escolar

Orientadora: Prof.^a Dra. Alessandra David

RIBEIRÃO PRETO

2014

ANEXO V - FOLHA DE APROVAÇÃO

MÁRCIA SUZANA PINTO ZOCCAL

As atribuições do Supervisor de Ensino no Programa “Ler e Escrever” da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro Universitário Moura Lacerda de Ribeirão Preto, SP, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de concentração: Educação Escolar

Comissão Julgadora

Orientador – Dr. Nome extenso (CUMML): _____

Dr. Nome extenso (Sigla da Universidade): _____

Dr. Nome extenso (Sigla da Universidade): _____

Ribeirão Preto, __ de _____ de 20 __.